



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 56

III Sessão Legislativa

Horta, Segunda-Feira, 20 de Novembro de 2006

**Presidente:** *Deputado Fernando Menezes*

**Secretários:** Deputados *António Loura* e *Cláudio Lopes*

### Sumário

*(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 25 minutos)*

A **Agenda da Reunião** foi constituída por um único ponto, o debate das **Propostas de Decreto Legislativo Regional – “Plano Regional Anual para 2007” e “Orçamento Regional Anual para 2007”**.

Iniciado o debate com a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usaram seguidamente da palavra os Srs. Deputados Paulo Gusmão (*Indep.*), José Rego (*PS*), António Marinho (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Alberto Costa (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), José Fernando Gomes (*PSD*), Gaspar Lima (*PS*), Osório Silva (*PS*), António Toste (*PS*), Fernanda Trindade (*PS*), Maria José Duarte (*PSD*), Mariana Matos (*PS*) e os Srs. Secretários Regionais dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*), Adjunto do Vice-Presidente (*Carlos Corvelo*) e da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

*(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos)*

**Presidente:** Boa tarde, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.

Antes de passarmos à chamada gostava de vos dar algumas informações.

Os nossos trabalhos vão decorrer hoje durante a tarde, até à hora regimental.

Recomeçamos amanhã à tarde e na quarta e na quinta-feira será de manhã e de tarde.

Gostava também de vos informar que para o debate do Plano e do Orçamento o Partido Socialista dispõe de 5 horas, o Governo Regional de 5 horas, o PPD/PSD dispõe de 3 horas e 30 minutos, o CDS/PP de 1 hora e o Sr. Deputado Independente de 10 minutos.

Para as declarações finais o Partido Socialista disporá de 30 minutos, o Governo de 30 minutos, o PPD/PSD de 20 minutos e o CDS/PP de 10 minutos.

Posto isto, vamos proceder à chamada.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados*

***Partido Socialista (PS)***

**Alberto da Silva Costa**

**Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**António José Tavares de Loura**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Fernanda Correia Garcia Trindade**

**Fernando Manuel Machado Menezes**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**

**Hélder Guerreiro Marques Silva**

**Henrique Correia Ventura**

**Hernâni Hélio Jorge**

**José de Sousa Rego**

**José Gabriel Freitas Eduardo**

**José Gaspar Rosa de Lima**  
**José Manuel Gregório de Ávila**  
**Lizuarte Manuel Machado**  
**Luís Paulo de Serpa Alves**  
**Manuel Avelar Cunha Santos**  
**Manuel Herberto Santos da Rosa**  
**Manuel Soares da Silveira**  
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**  
Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano  
**Mariana** Rego Costa de **Matos**  
**Nélia** Maria Pacheco **Amaral**  
**Nuno** Alexandre da Costa Cabral **Amaral**  
**Nuno** André da Costa Soares **Tomé**  
**Osório** Meneses da **Silva**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aires** António Fagundes dos **Reis**  
**Alberto** Abílio Lopes **Pereira**  
**António** Augusto Batista Soares **Marinho**  
**António** Lima Cardoso **Ventura**  
**António** Maria da Silva **Gonçalves**  
**António** Pedro Rebelo **Costa**  
**Cláudio** José Gomes **Lopes**  
**Clélio** Ribeiro Parreira Toste **Meneses**  
**Jaime** António da Silveira **Jorge**  
Jorge Alberto da **Costa Pereira**  
**Jorge** Manuel de Almada **Macedo**  
**José Fernando** Dinis **Gomes**  
**José Manuel** Cabral Dias **Bolieiro**  
**Luís** Henrique da **Silva**  
**Maria José** Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**

**Mark Silveira Marques**

**Pedro António de Bettencourt Gomes**

**Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Artur Manuel Leal de Lima**

***Deputado Independente (Ind.)***

**Paulo Domingos Alves de Gusmão**

**Presidente:** Estão presentes 49 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Vamos iniciar a apresentação das Propostas de Decreto Legislativo Regional sobre o Plano e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o 2007.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos, hoje, a discussão da Proposta de Orçamento e do Plano de Investimentos da nossa Região para 2007.

Estes documentos estruturantes concretizam, efectivamente, as opções estratégicas de afectação de recursos públicos para o próximo ano e quantificam as políticas sectoriais definidas pelo Governo Regional, reflectindo os compromissos de legislatura sufragados por uma ampla maioria de Açorianos e ratificados por esta Assembleia aquando da apresentação e aprovação do Programa do Governo.

A vinte e dois de Novembro de 2005 iniciávamos, neste Parlamento, o debate sobre o Orçamento e Plano de Investimentos do corrente ano.

E porque a memória por vezes é curta, é bom lembrar as dúvidas e interrogações que alguns levantaram, nessa altura, sobre o rigor e o realismo das previsões apresentadas. Às críticas então formuladas de excesso optimismo e

irresponsabilidade das propostas, estamos hoje aqui a prestar contas perante todos os Açorianos.

Mais uma vez, o tempo veio dar-nos razão e desmentir aqueles que, saudosos das nuvens negras, os Açorianos tão sabiamente rejeitaram em 2004, os mesmos que continuam a insistir em resumir a sua actividade política a um contínuo acto de maledicência e de antevisões catastróficas da realidade açoriana. Felizmente para os Açores e para os açorianos, mais uma vez, estavam errados.

Estavam errados quando afirmavam que as previsões das receitas eram excessivamente optimistas e irrealistas, porque hoje podemos confirmar que, afinal, tínhamos razão; as receitas próprias da Região irão registar em 2006 uma taxa de execução superior a 99,6% – repito, 99,6% – do valor orçamentado.

Estavam errados quando afirmavam que não iríamos conseguir uma contenção efectiva nas despesas correntes porque, hoje, podemos anunciar que em 2006 vamos conseguir gastar menos 12 milhões de euros do que o valor inicialmente orçamentado para despesas de funcionamento e, assim, reforçar com esta poupança o Investimento na Região.

Estavam errados quando afirmavam que não iríamos obter mais recursos financeiros com a revisão da Lei de Finanças Regionais.

Estavam errados quando afirmavam que não teríamos capacidade nem ambição para conseguirmos aumentos superiores a 20% nas verbas no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio.

Estavam errados quando não acreditaram que os Açores iriam receber efectivamente os 90 milhões de euros em dívida pela má aplicação da anterior Lei de Finanças Regional.

Resta esperar que, agora, tenham a humildade de reconhecer que se enganaram, sob pena de, uma vez mais, os açorianos perceberem que o maior partido da oposição apenas critica, apenas faz por denegrir, apenas duvida, mas é incapaz de reconhecer o mérito e os benefícios obtidos para a nossa Região.

E, estou certo, não é dessa oposição que os Açores precisam!

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César) e Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Muito bem!**

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Encaramos a concretização das previsões efectuadas no Orçamento de 2006, como uma demonstração de credibilidade e rigor nos documentos sobre os quais hoje iniciamos esta análise e debate.

O Plano e Orçamento constituem instrumentos estruturantes na estratégia de desenvolvimento da nossa Região, servindo de indicadores seguros aos empresários e parceiros sociais, ampliando assim os índices de estabilidade e confiança que se vive na nossa Região.

O Orçamento e o Plano da Região Autónoma dos Açores para 2007 reforçam a opção estratégica do Governo Regional de dar continuidade a uma política de rigor orçamental, que assegure o equilíbrio pleno das contas públicas e o crescimento sustentado do Investimento, contribuindo para manter um clima de estabilidade social e económica que permite potenciar na Região o crescimento dos indicadores macroeconómicos que reforcem o processo de convergência com as médias do continente português e da União Europeia.

Os Açores têm registado uma trajectória segura e consistente com as médias de rendimento e produção da União Europeia, assim como se têm destacado como uma das Regiões do País com maior crescimento.

Entre 1996 e 2003, o crescimento do PIB per capita foi, nos Açores, de 59,3%, valor muito superior ao País que se ficou pelos 45,4%, sendo a segunda Região do País com maior taxa de crescimento do PIB per capita. Esta evolução foi ainda mais relevante a partir de 2000, tendo os Açores num período mais recente (2000/2003) atingido o ritmo de crescimento mais elevado do País (18% nos Açores e 10,6% no País), só idêntico à Madeira, que como se tem cansado de afirmar Alberto João Jardim nos últimos tempos, resulta nessa Região, essencialmente de artificialismos introduzidos pela Zona Franca da Madeira, realidade essa que só alguns nos Açores teimam em não querer perceber.

A nossa convergência para as médias nacionais é uma certeza. Já em 2002 deixámos de ser a Região mais pobre do País, ultrapassando a Região Norte em 2 pontos e ficando em igualdade com o Centro, tendo em 2003 aumentado para 4

pontos percentuais a distância para o Norte e ultrapassando a Região Centro num ponto.

Desde 1996, recuperámos 14 pontos percentuais ao Norte, 8 pontos ao Centro, 5 pontos ao Alentejo, 5 pontos a Lisboa e 1 ponto ao Algarve, sendo os Açores a 2ª Região do País com maior ritmo de convergência para a média nacional, tendo entre 2000 e 2003 o PIB nos Açores um ritmo de crescimento 2 vezes superior ao nacional (3,2% nos Açores e 1,5% no País).

Se estes dados demonstram que estamos no bom caminho, a comparação com os valores médios da União Europeia, reforçam essa convicção. No período 1996/2003 os Açores, em termos de PIB per capita, em paridade do poder de compra, convergem 6 pontos percentuais em relação à Europa a 15 e 6,1 pontos em relação à Europa a 25.

Também no âmbito das contas das Famílias, medidas pelo Rendimento Bruto Disponível, os Açores registaram entre 1995 e 2003, a segunda maior taxa de crescimento do País (62,1%), muito superior ao continente que foi de apenas 54,1% e à da Madeira com 56,7%, aqui já sem a “muleta” da sua Zona Franca.

É esta a nossa realidade, que reforça a convicção da validade da nossa estratégia, mesmo quando alguns querem exigir ao Governo Regional, resultados muito superiores aos conseguidos quando tiveram funções governativas.

Por isso, quando ouvimos o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus do Governo da República de 2003, e actual líder do maior partido de oposição nos Açores, criticar a variação do PIB nos Açores em 2003, quando nesse mesmo ano o PIB do País decresceu 1,1% em relação ao ano anterior e muito influenciou a economia regional, só podemos concluir que, felizmente para os açorianos, conseguimos muito mais do que aqueles que agora nos exigem aquilo que nunca foram capazes de fazer e concretizar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As contas públicas da Região Autónoma dos Açores para 2007, assentam nos seguintes princípios estruturantes:

- Equilíbrio das Finanças Públicas Regionais, apresentando pelo 5º ano consecutivo um défice zero, isto é, a despesa pública é financiada sem qualquer recurso ao aumento do endividamento, assegurando-se uma consolidação e estabilidade orçamental plena.
- Grande rigor e contenção das despesas de financiamento da Administração Regional, permitindo poupar e disponibilizar todos os recursos disponíveis para o investimento, salientando-se a redução em 0,8% (menos 4,4 milhões de euros) da Despesa Corrente Primária, após dedução das transferências para o Serviço Regional de Saúde; a diminuição (pelo 2º ano consecutivo) das despesas na Aquisição de Bens e Serviços correntes e a redução de 0,7% nas transferências correntes para Fundos e Serviços Autónomos. A despesa corrente regista em 2007, uma redução de 2,2 pontos percentuais no seu peso relativo no total da despesa, representando 45,9%.
- Crescimento sustentado do Investimento Público, que aumenta 51,8 milhões de euros em 2007 (+ 15,9% em relação a 2006), como factor de dinamizador da economia e do investimento privado.
- Aumento progressivo das Receitas da Região, que têm um incremento de 61,3 milhões de euros (+ 7%), derivado do aumento das transferências no âmbito da nova Lei de Finanças Regionais (+ 13,3 milhões de euros), do início do pagamento da dívida referente à má aplicação da anterior Lei (14,8 milhões de euros), do aumento das transferências da União Europeia (48,7 milhões de euros) e do crescimento fiscal da matéria colectável.
- Manutenção dos níveis de sustentabilidade financeira da Administração Regional, sendo as receitas próprias geradas pela Região, acrescidas da compensação pela nova fórmula de cálculo do IVA, superiores em 59,7 milhões de euros às despesas de funcionamento da Administração Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O cenário macroeconómico para 2007, tendo por base os dados estatísticos conhecidos, confirmam as perspectivas de evolução positiva dos principais indicadores económicos dos Açores.



As taxas de crescimento nominal para 2007 do PIB pm (6,6%), Formação Bruta de Capital Fixo (7,7%), produtividade (3,6%), rendimento disponível (4,6%) e emprego (2,7%), previstos nas Orientações a Médio Prazo (pág. 16 a 19), continuam a ser as metas e os valores de referência que asseguram e reforçam a dinâmica da economia regional verificada nos últimos anos e que confirmamos como metas ambiciosas a atingir em 2007.

São estes os nossos objectivos, aprovados nas Orientações a Médio Prazo e que mantemos como referência estável e com reforçadas condições de concretização, de forma a aumentarmos o nosso esforço de convergência para as médias nacionais e comunitárias de produção e rendimento.

A estratégia de desenvolvimento da Região (para quem se esqueceu) assenta em 5 vectores determinantes:

- Promover a coesão social, económica e territorial da Região;
- Incrementar os níveis de qualificação do tecido económico e social;
- Potenciar os factores determinantes da produtividade e competitividade;
- Promover a melhoria das redes estruturantes do território;
- Melhorar os níveis de eficiência do sistema de gestão pública.

Esta estratégia global de desenvolvimento, privilegiando o crescimento económico, sustentado no pleno emprego, na coesão social e no equilíbrio das finanças públicas, implica a definição concreta de objectivos rigorosos de afectação do Investimento Público.

O Investimento Público Regional, em 2007, irá ser executado, tendo como enquadramento a concretização de 5 objectivos estruturantes:

- Qualificar os recursos humanos, potenciando a sociedade do conhecimento e a inovação;
- Aumentar a produtividade e a competitividade da economia açoriana;
- Reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades;
- Incrementar o ordenamento territorial e a eficiência das redes estruturantes de transportes;
- Afirmar os sistemas autonómicos e de gestão pública.

São estas as nossas prioridades, definidas com clareza e objectividade nos documentos que vos apresentamos e nos quais assentam as políticas de investimento público.

Continuamos a cumprir, assim, os nossos compromissos eleitorais e, sobretudo, a nossa estratégia de desenvolvimento sustentado permitindo, com isso, a melhoria das condições de vida de todos os açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Orçamento para o ano de 2007 atinge 1.255,2 milhões de euros que deduzindo as contas de ordem e as operações de refinanciamento representa a disponibilização de recursos financeiros no montante de 935,3 milhões de euros, mais 61,3 milhões de euros (+7%) do que o Orçamento para o corrente ano.

As receitas próprias da Região atingirão em 2007, o valor de 504,7 milhões de euros, o que deduzido o efeito extraordinário em 2006 do pagamento das dívidas fiscais, no valor de 23,4 milhões de euros, já integralmente concretizado, e da alteração da fórmula de cálculo do IVA, representa um aumento de 6,3%, em relação a 2006 constituindo 54% do total das receitas.

As receitas fiscais constituem a maior componente das Receitas Próprias da Região e atingem, em 2006, uma previsão orçamental de 467,4 milhões de euros, à qual acresce a compensação do IVA no valor de 112,8 milhões de euros, o que totaliza 580,2 milhões de euros.

As receitas fiscais, deduzindo as transferências extraordinárias em 2006 por pagamento de dívidas, registam um aumento de 4,2% em 2007, o que demonstra um significativo crescimento da base tributável. Neste contexto destaca-se o acréscimo do IRC (+13,2%), IRS (+4,6%), IVA (+4,8%), resultante do crescimento efectivo e real do emprego na economia açoriana.

As transferências do Orçamento de Estado atingem, em 2007, um montante de 355,5 milhões de euros, valor que representa 38% do total da receita e um acréscimo de 55,2%, mais 126,5 milhões de euros, do que em 2006, o que deduzido o efeito da alteração da contabilização do IVA, implica um acréscimo

líquido de 13,7 milhões de euros (+6%). Este aumento resulta da nova Lei de Finanças Regionais (+ 13,3 milhões de euros), início do pagamento da dívida da anterior lei (+ 14,9 milhões de euros) e é influenciado também pela redução das transferências no âmbito do sismo (- 10,5 milhões de euros) e do pagamento directo à banca do crédito bonificado à habitação (- 4 milhões de euros).

As transferências da União Europeia, aumentam 48,7 milhões de euros, e representam 8% do total da receita (+ 5 pontos percentuais que em 2006), resultante do início do novo período de programação comunitário (2007-2013), que terá um reforço de verbas para os Açores de 25,4% (+ 311 milhões de euros). As despesas orçamentadas, excluindo as contas de ordem e operações de refinanciamento, totalizam 935,3 milhões de euros, sendo 557,8 milhões de euros referentes a Despesas de Funcionamento e 377,5 milhões de euros destinados a financiar o Plano de Investimento da Região.

As despesas de funcionamento, deduzindo a dotação previsional são de 548,8 milhões de euros e representam apenas um crescimento de 1,3% em relação ao ano de 2006, metade do ano anterior, e uma redução de 0,8% na Despesa Corrente Primária, sem as transferências para o Serviço Regional de Saúde.

No âmbito destas despesas, é importante salientar que apenas se registaram acréscimos relativamente a 2006 nos agrupamentos económicos referentes às transferências para o Serviço Regional de Saúde (+ 4,5%), ao Encargos Decorrentes do Aumento dos Juros (+ 11,7) e Despesas com Pessoal apenas 0,2% (570 mil euros), observando-se reduções significativas nas restantes rubricas, designadamente nas Aquisições de Bens e Serviços Correntes (-0,7%), Aquisições de Bens de Capital (-0,2%), Transferências para Fundos e Serviços Autónomos (-0,7%) e outras despesas correntes (-0,5%).

Num sinal claro de contenção e de rigor, o orçamento para 2007 apresenta uma redução superior a 2 milhões de euros nas despesas correntes que não se destinam às áreas sociais e às Despesas com Pessoal.

As Despesas correntes são, em 2007, em 76,2 milhões de euros inferiores às receitas correntes, o que permite que este saldo corrente positivo contribua para o financiamento e reforço do investimento.

As despesas correntes e de funcionamento reduzem o seu peso relativo no total da Despesa, passando de 48,1% para 45,9% do total da despesa (- 2,2 pontos percentuais) em contrapartida o investimento passa a representar 31,7% do total da despesa, (+ 2,7 pontos percentuais).

Os valores de despesa de investimento público previsto para 2007 ascendem a 619,8 milhões de euros, dos quais 377,5 milhões de euros inscritos no capítulo 40 do Orçamento da Região, o que representa um aumento de 15,9% em relação ao ano anterior.

Aos domínios dos transportes terrestres, marítimos e aéreos, ambiente e energia, que promovem o objectivo “Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes”, será afectada uma verba de 216,2 milhões de euros, o que corresponde a 34,9% do valor global do Plano Regional Anual.

Os sectores da Agricultura e Florestas, Pescas, Turismo, Indústria, Comércio, Exportação e Promoção do Investimento e da Coesão, áreas de intervenção que integram o objectivo “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia”, representam 32,3% do total do Plano a que corresponde uma despesa prevista de 200,2 milhões de euros.

O objectivo “Qualificar os Recursos Humanos potenciando a Sociedade do Conhecimento”, que inclui a programação para o domínio da Educação, da Ciência e Tecnologia e da Inovação, da Juventude, Emprego e Formação Profissional, da Cultura e do Desporto, ascende a cerca quase 127 milhões de euros, o que representa 20,5% do valor global do Plano.

O “Reforço da Coesão Social e da Igualdade de Oportunidades” dirigida aos sectores da saúde, da solidariedade social, da habitação e da protecção civil é dotado com 65,8 milhões de euros o que representa 10,6% do Investimento.

A Dívida Pública Regional mantém-se estável, tendo em 2006 verificado uma ligeira redução de 80 milhões de euros, resultante do refinanciamento de um dos empréstimos, totalizando 274.951.148 milhões de euros, valor que não teve qualquer aumento nos últimos cinco anos.

Os avales concedidos pela Região totalizam no final de 2006, 421.972.361 milhões de euros, tendo em 2006 a Região Autónoma apenas concedido, em

termos líquidos, 21,6 milhões de euros de avales, isto é, apenas 19% do limite autorizado pela Assembleia Legislativa.

As responsabilidades líquidas de avales concedidos pela Região, nos últimos três anos, têm registado uma significativa redução na sua utilização.

A concessão de avales pela Região, em 2006, em termos líquidos, foi apenas 17,9% do valor utilizado em 2005 e 14,5% do valor utilizado em 2004, tendo a concessão líquida de avales reduzido em 2006, 82% em relação a 2005, isto é, cerca de 6 vezes menos que no ano anterior.

Apesar da concessão de Avales pela Região não ser considerado no endividamento, conforme é claramente e definitivamente esclarecido pela nova Lei de Finanças Regionais, os Açores têm utilizado esse instrumento financeiro com extremo cuidado e rigor, sendo as responsabilidades líquidas dos Avales concedidos até ao final de 2006, e desde o início da Autonomia, inferiores ao montante solicitado só em 2006 pela Região Autónoma da Madeira.

Este mecanismo financeiro tem contribuído para a consolidação da situação económico-financeira do Sector Público Empresarial, aliás, a análise das contas do Sector Público Empresarial permite destacar que em 2005 – último ano onde as contas foram já apresentadas e fechado o ano – se verificam:

- A duplicação dos resultados líquidos do exercício, tendo as empresas do Sector Público Empresarial apresentado um lucro consolidado de 12.087.558 milhões de euros.
- Os resultados operacionais também evoluíram de forma positiva aumentando 18,7%.
- O valor acrescentado bruto gerado, isto é, o contributo do Sector Público Empresarial para o PIB regional, também aumentou 6,7%.
- O volume de vendas do Sector Público Empresarial cresceu igualmente 6,6%.
- Os activos totais evoluíram também de forma muito positiva, valorizando 28,3%, tendo por isso o património, no seu conceito geral, um aumento de 251 milhões de euros, tendo esse acréscimo sido financiado em 222 milhões de euros, através do capital alheio e 29.8 milhões de euros, através do capital próprio resultante da aplicação dos resultados líquidos e do aumento do capital social.

Está, pois, demonstrada a gestão rigorosa e criteriosa de todas as participações empresariais da Região que permite consolidar e valorizar o Serviço Público Empresarial, aumentando o seu contributo para o desenvolvimento económico dos Açores, para a sua valorização patrimonial e para a consolidação das Finanças Públicas Regionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em conclusão, o Orçamento e Plano de Investimentos para 2007:

- Asseguram um aumento da receita em 61,3 milhões de euros, + 7%;
- Um aumento do investimento público de 15,9%, + 51,8 milhões de euros;
- Uma redução do peso da Despesa Corrente e do funcionamento no total da Despesa e do PIB;
- Um saldo corrente de 76,2 milhões de euros;
- Um nível de endividamento reduzido e estável, inferior a 9% do PIB;
- Um reforço da sustentabilidade dos recursos financeiros disponíveis através da nova Lei de Finanças Regionais, da liquidação da dívida da anterior Lei e do novo Quadro Comunitário de Apoio;

Em qualquer região da Europa e para qualquer analista independente, isto são motivos mais que suficientes para o apoio e aprovação destes documentos, que constituem um contributo efectivo e estrutural, para continuar a mudar os Açores para melhor, reforçando a convicção de que os Açores são, cada vez mais, uma Região de futuro e com futuro!

Estou certo de que saberemos todos corresponder a esta oportunidade e a este desafio.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(\*) **Deputado Paulo Gusmão** (*Indep.*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não sou analista, mas sou independente e V. Exa. fez um repto para que sobretudo os independentes olhassem para estes documentos sem o partidarismo que às vezes carregam as nossas visões, os víssemos nas suas qualidades e obviamente naqueles que são os seus defeitos repetidos. De facto, tendo presente que não me tenho oposto a alguns dos documentos que V. Exa. e o seu Governo têm trazido aqui a este Parlamento em anos anteriores, isso permite-me ver que os defeitos que traz repete-os.

Portanto, por mais independente que se seja, julgo que vão cansando por uma certa repetição daquilo que são erros que o Partido Socialista já criticava no tempo em que era o PSD a governar a Região Autónoma dos Açores. É, desde logo, o peso da Administração Pública.

Têm sido trazidos aqui diplomas que pretendem contenção, que pretendem que haja uma outra visão daquilo que tem sido o aumento das despesas com o pessoal, mas na prática não é isso que acontece. Por mais que se diga que não está a aumentar muito, a verdade é que está a aumentar e o Partido Socialista está no Governo já lá vai mais do que uma mão cheia de anos, com este propósito, e fundamentado objectivo também, em 1996, da redução do peso da Administração Pública numa Região como a nossa.

A verdade é que no país este tema está a ser analisado. Ainda há pouco recebemos um diploma que volta a pôr o dedo na ferida na relação que há com a dimensão da função pública e aqui nos Açores não só nada se faz, como não se tem sequer a noção e não se aceita a realidade.

Há, de facto, (mais uma vez é preciso que isso fique frisado) um aumento de despesas com pessoal.

O Governo Regional dos Açores está a aumentar as despesas com pessoal (tudo o resto é retórica) neste Orçamento.

Portanto, este dado é bastante negativo num tempo em que aquilo que se esperava era que os Açores acompanhassem o ambiente de contenção que se está a viver no país.

Outra das velhas aspirações autonómicas é que as despesas correntes não tivessem um peso tão grande.

Se as compararmos, quase que absorvem todas as receitas próprias da Região.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

**O Orador:** Terminarei, Sr. Presidente.

Ou seja, o investimento nos Açores continua a ser feito à base das receitas que nos chegam de fora.

Portanto, nesta matéria, a nova Autonomia em nada acrescentou e gostaria de saber qual é o vosso compromisso, para poder ter um sentido de voto mais concreto, e a vossa visão de inverter essa situação, sendo certo que os documentos não expressam nada disso e outras coisas que não me é permitido agora dizer, mas que penso que poderei voltar a pedir a palavra.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Gusmão começou por referir que sendo independente também podia ser analista.

**Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Não sou analista, sou independente!

**O Orador:** Mas a conclusão que eu chego é que não analisou, sinceramente, o Plano e Orçamento para 2007, porque há um dado objectivo que nós temos que salientar e, independentemente, das visões diferentes sobre a estratégia ou a falta de estratégia de desenvolvimento regional, há dados que são claríssimos.

A despesa com pessoal aumenta, em 2007, 0,2%.

Só há duas alternativas para a despesa com pessoal não aumentar: primeira, não haver aumentos salariais, e o aumento salarial já foi anunciado de 1,5%; segunda, o despedimento de funcionários públicos.

O que nós estamos aqui a fazer é um aumento das despesas com pessoal em montante inferior ao aumento do vencimento dos funcionários públicos. Isso só é



possível com uma política extremamente rigorosa que, aliás, está expressa no Decreto Legislativo Regional.

Se reparar, a Proposta de Decreto Legislativo Regional que acompanha este Orçamento põe em marcha um conjunto de mecanismos claros para essa mesma concretização.

Por outro lado, se há dado que é caracterizador deste orçamento é a redução da despesa de funcionamento.

Se repararmos a despesa de funcionamento representava, em 2006, 48,1% do total da despesa e em 2007 baixa 2,2 pontos percentuais, ou seja, passa a representar apenas 45,9% da despesa, enquanto que na despesa pública, por exemplo, a despesa corrente primária, deduzindo as transferências para o Serviço Regional de Saúde, decresce 0,8%; as aquisições de bens e serviços correntes continuam a diminuir pelo segundo ano consecutivo.

Estes montantes são claramente indicadores de uma política de reforço da contenção de funcionamento e da ampliação do esforço de investimento e de canalização de verbas para o investimento público.

Nesta matéria, também em 2007, este crescimento que é abaixo do valor de referência da inflação para as despesas com pessoal e abaixo dos aumentos salariais, é um sinal claro de contenção nesta matéria, se bem que o mesmo será conciliado com o não despedimento de funcionários, com a não existência de quadros supranumerários nos Açores, mas com uma gestão mais rigorosa e criteriosa que passa por potenciar os funcionários já existentes através de estruturas como os quadros de ilha e outras, que asseguram o aumento da eficácia do seu funcionamento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(\*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Disse a V. Exa. que não era analista, embora tenha analisado o Orçamento, mas analisei também mais do que o Orçamento. Analisei, por exemplo, as respostas que me deu, há algum tempo nesta casa, àqueles que eram os rendimentos,

àqueles que eram os vencimentos e àquelas que eram as novas nomeações, novos funcionários, por exemplo, nas sociedades, que não estão aqui contadas.

Há um aumento de 0,2. É verdade!

Mas não se trata de despedir, porque já se vem dizendo há muitos anos que é a única solução possível. Trata-se sim de diminuir aqueles que são os acessos e, portanto, será perfeitamente fácil se puserem em prática aquilo que diziam que iam fazer antes de chegarem ao Governo e que é fácil encontrar nos Diários das Sessões, em várias declarações do Sr. Presidente do Governo Regional.

Portanto, trata-se de menos Estado, tão simples como este princípio. Isso, o Governo Regional do Partido Socialista não conseguiu fazer nesses anos todos.

Portanto, escusa de dizer que reduziu, porque as despesas com pessoal continuam a aumentar por força de algumas circunstâncias, sem esquecer – e essa parte é que é mais grave – que é preciso somar aqui o aumento das despesa com o pessoal (com pessoal de 4 mil euros, com pessoal de 4.346 euros, com pessoal de 5.100 euros, com pessoal de 3.200 euros, com muito mais pessoal de 5.025 euros, com pessoal de quase 1.550euros), com todo este pessoal que entretanto está a entrar nas administrações das sociedades e que não está aqui contabilizado.

O Governo Regional do Partido Socialista está a aumentar em muito o peso do Estado da Região. É preciso dar a volta a isto e esta é que é a pergunta concreta, da mesma forma que o endividamento está a aumentar 22 milhões e V. Exa. há poucos meses aqui disse-me que a Região não ia fazer mais avales para além desses 22 milhões. Não levamos 5 meses e cá está mais uma autorização para 90 milhões de euros para a possibilidade do Governo Regional poder fazer mais endividamentos.

O endividamento não está no Orçamento – essa é a função das sociedades – mas ele está a acontecer nas nossas costas, da mesma forma que o pessoal está a aumentar nas nossas costas.

É isso que é importante explicar aqui nesta câmara.

Penso, e foi isso que quis aqui dizer, que o primeiro passo para a Região dar a volta é admitir a realidade.

O país já fez isso e o Governo Regional dos Açores continua a assobiar para o ar, como se nada acontecesse. Acham que está tudo bem...

**Presidente:** Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

**O Orador:** Sim senhor, Sr. Presidente. Voltarei a inscrever-me.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou responder de forma concreta à questão colocada.

O Sr. Deputado Paulo Gusmão referiu aqui que não pode ser tido em conta apenas o aumento de 0,2% da despesa com o pessoal para 2007, porque existe, e quer incluir nesta conta, os custos com o pessoal do sector público empresarial.

Em 2005, que é o último ano com contas apresentadas e que são do conhecimento de todos, o crescimento dos custos com pessoal em todo o sector público empresarial, foi de 2% em relação a 2004, quando em relação à Administração Regional inscrita no Orçamento foi de 3,8%.

Esse, tenho que lhe dizer, não é o argumento, porque a taxa de crescimento com os custos de pessoal no sector público empresarial foi, no último ano conhecido e comparada com o mesmo ano, inferior àquele que foi expresso e executado em termos do orçamento da Região.

Segunda questão, que é mais importante (eu estou a responder exactamente à sua preocupação da globalização da análise que pretende):

Recordou e muito bem que há 5 meses tinha referido nesta casa que o montante de avales concedidos em 2000, que seriam utilizados em 2006, seria de 22 milhões.

Estou aqui hoje para dizer que o Governo Regional cumpriu esse mesmo compromisso.

Estou também aqui para dizer que o Governo Regional propõe a esta Assembleia 90 milhões de euros com a possibilidade de concessão de avales no próximo ano, mas não comete aquilo que sistematicamente o PSD tem cometido nesta matéria.

É que soma os montantes de solicitação de avales e conta já como avales concedidos e vai somando nas suas contas e depois chega ao fim e vemos, como verificámos há pouco, que as suas contas não batem certo.

**Deputado António Marinho (PSD):** Não são iguais às suas, mas batem certo com as do Tribunal de Contas!

**O Orador:** Há um pequeno pormenor: é que quando existe uma operação de refinanciamento – chamo só a atenção para terem cuidado nessa análise, quando a fizerem, nomeadamente a bancada do PSD – é necessária uma autorização de aval, mas essa operação de refinanciamento não aumenta o montante de responsabilidades ditas de avales.

Portanto, na teoria e no limite eu posso solicitar a esta casa, para 2007, 90 milhões de euros de avales e no final de 2007 o montante de avales concedidos pela Região ser exactamente o mesmo que o de 2006 e até pode ser inferior.

Peço, e pela atenção e cuidado que o Sr. Deputado Paulo Gusmão tem nesta matéria, que não vá cair no erro primário que o PSD nos últimos anos tem caído nesta contabilização.

Confio em si nesta matéria.

**Deputado António Marinho (PSD):** Quanto a primeirismos, estamos falados, Sr. Vice-Presidente!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

**(\*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-presidente, por quem sois! Até sei que V. Exa. disse na Comissão que era por uma questão de conforto. Não é disso que se trata. Trata-se sim de um mau agoiro, porque se V. Exa. disse há 5 meses que até este ano, dos 110, salvo erro, bastariam 22 milhões, estranho agora que para o próximo ano já precise de uma margem de manobra de 90. Portanto, se este ano seria 22, no próximo ano se pedisse uma margem de manobra de 30 ou 40 compreender-se-ia. Tanto mais porque disse que esses 22 eram o último compromisso do Governo nesta matéria, porque eu perguntei nessa altura, até ao fim da legislatura. Portanto, até ao fim da legislatura eram os 22 milhões que estão esgotados neste ano.

Eu perguntei, e a pergunta está registada, até ao fim da legislatura e V. Exa. respondeu que este ano é que seriam utilizados até os 30 e tais e depois foi descontando até aos 22.

Fica esta grande dúvida: para que servirão então esses 90 milhões de euros? Fica pelo menos a noção de que o Governo não está propriamente confortável ao pensar que não precisa continuar a se endividar.

Por isso, julgo que nessa matéria não me respondeu. Disse aqui que queria anunciar que cumpriu aquilo que disse. Penso que podia anunciar era que se enganou e que tinha dúvidas que no próximo ano isso se pudesse fazer, o que é pena que não tenha feito.

A última questão que lhe gostaria de lhe perguntar tem a ver com o terceiro pilar, o investimento externo.

Foi uma das bandeiras deste Governo no seu programa de Governo. Está dito no Programa do Governo que já estava feito o guia, que já ia ser posto em execução há 2 anos atrás e que isto ia ser o terceiro pilar da economia: a agricultura, o turismo e o investimento externo. Portanto, esta dimensão que o investimento externo já ganhou nestes dois anos, eu não consigo ver, por mais analista que pretenda ser dos documentos, em rubrica nenhuma.

Portanto, gostava de saber de V. Exa. no seu saber, se me pode explicar que dimensão já tem esse investimento externo que era no fundo a grande bandeira financeira deste Governo Regional para este mandato.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à matéria do investimento externo, como compreende, o investimento externo não é uma matéria que tenha expressão orçamental, tendo em conta que o mesmo resulta do investimento privado e como foi dito e referido desde sempre, o investimento externo não começa – se é a isso que se está a referir – com a criação de uma agência, mas o investimento externo é algo que tem vindo a ser

trabalhado de forma bastante eficaz pelo Governo Regional dos Açores ao longo dos anos.

Lembro um exemplo: o plano de investimentos de um privado que adquiriu recentemente este ano a Verdegolfe. O seu plano e a sua aposta estrutural no golfe, no turismo de segunda residência, e todo o investimento de muitas centenas de milhões de euros que está perspectivado e anunciado para os Açores, é apenas um exemplo de um grande trabalho que foi sendo feito ao longo dos anos e que terá a sua continuidade ao longo dos próximos.

Por isso, o investimento externo é uma matéria dos privados.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** É sempre o mesmo investimento. Nunca passa daí?

**O Orador:** Cabe ao Governo Regional adequar os sistemas de incentivos, para potenciar esse investimento. O resultado é o resultado exacto na medida em que cada obstáculo que se vence, cada reforço de investimento concretizado,...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** E o estaleiro para iates na Praia da Vitória?

**O Orador:** ... irá dar concretização prática a esse mesmo objectivo estratégico e ao seu impacto nos níveis de produto de rendimento e de emprego que os Açores têm e conseqüentemente contribuir para esta trajectória de convergência com as medidas nacionais e europeias que os Açores têm.

Portanto, nesse contexto, o investimento externo foi, é e será um pilar estratégico no nosso desenvolvimento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

**Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este mês completou-se dez anos que o Partido Socialista assumiu responsabilidades governativas nos Açores, sob a liderança de Carlos César.

Dez anos de confiança dos açorianos em políticas que mudaram os Açores, para melhor, sufragadas em três actos eleitorais sucessivos, através das quais a Região cresceu economicamente, em especial desde 1998, mais do que média nacional,

fazendo-se a convergência com o País e também, com as médias da União Europeia.

Dez anos de mudança ao nível do mercado de trabalho. Há dez anos atrás tínhamos um desemprego alto e, pior que isso, não estávamos a criar mais postos de trabalho líquidos. Desde de 1996, aumentamos, significativamente, a população empregada, não só por substituição mas, também, pela criação de novos postos de trabalho.

Dez anos de fortalecimento da economia através de grupos de investimento diversificado. Há dez anos atrás a iniciativa privada confinava-se, no essencial, a dois grupos económicos que se refugiavam, na poupança. Hoje, aparecem vários grupos com investimentos diversificados, suportados, sobretudo, no sector turístico.

Dez anos de cumprimento dos compromissos financeiros da Região. Há dez anos vivia-se em autêntica falência. Hoje os Açores dispõem de um quadro financeiro estável e equilibrado.

**Deputado António Marinho (PSD):** Não está no modelo, com certeza!

**O Orador:** Dez anos de progressos registados na educação, no turismo, na agricultura na defesa do ambiente, na ciência e tecnologia.

Dez anos de políticas sociais, de combate à pobreza, de apoio aos mais jovens e aos idosos.

Hoje, encontramos espaços de liberdade, iniciativa, de confiança empresarial, de infra-estruturas completamente diferentes, fruto de um modelo de desenvolvimento claro, que mudou e está a mudar os Açores para melhor.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, há áreas que exigem novos desafios, para as quais são necessárias novas políticas, de modo a dar uma resposta actual ao desenvolvimento económico da nossa Região.

Com o inconformismo do Partido Socialista, através do seu Governo, propõe-se dar resposta a estes novos desafios, implementando um conjunto de novas acções e de novas políticas que estão espelhadas no Orçamento e Plano para 2007, agora em discussão.

Políticas para os novos tempos, no domínio da administração pública, na gestão dos recursos humanos, na qualidade dos serviços e na melhoria das acessibilidades dos cidadãos.

Políticas para os novos tempos, no domínio da formação profissional inicial e contínua, vectores fundamentais para o sucesso da inovação e do empreendedorismo.

Políticas novas, para a cativação de mais investimento externo para a Região e divulgação no exterior das potencialidades e vantagens oferecidas para os empreendimentos nos Açores. Faço aqui um aparte, tal qual estão a fazer para mim: esperem que os resultados não-de aparecer, como apareceram muitas áreas que até agora já foram aqui desmentidas pelo Sr. Vice-Presidente. Espere sentada a oposição que estamos cá para ver!

Políticas económicas novas para coesão, para os transportes e para novas formas de actividade que retenham valor acrescentado do produto.

Políticas novas para a gestão dos resíduos, para o ordenamento do território, para a energia, para a gestão da saúde, são, entre muitas outras, medidas plasmadas em muitas das acções do Orçamento e Plano para o próximo ano.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Novas?

**O Orador:** Novas!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** São iguais às do ano passado!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os documentos agora em análise surgem no momento em que acabou de ser aprovada, na generalidade, uma nova Lei das Finanças das Regiões Autónomas, na Assembleia da República, bem como o desfecho da repartição das verbas provenientes da União Europeia integradas no QREN para 2007-2013, cujo resultado é muito favorável aos Açores, fruto do empenho nas negociações



levadas a cabo pelo Governo Regional dos Açores e que terão os seus efeitos já no Orçamento e Plano de 2007.

No período 2007-2013 a Região irá receber de transferências da União Europeia 1.532 milhões de euros, mais 25,4% do que os valores iniciais, do III QCA. Verbas que contrariam em muito, o que o PSD dizia há alguns meses. O PSD dizia que o Governo não tinha ambição e que o seu objectivo era simplesmente manter as mesmas verbas, enganaram-se mais uma vez. As suas perspectivas de catástrofe não se concretizaram como muito ansiavam.

As transferências da União Europeia representam, em 2007, um peso de 8% no total das receitas efectivas da Região, mais 5 pontos percentuais do que o ano anterior, representando um contributo que continua a ser importante para a economia regional, através de apoios ao fomento de investimentos privados, nas infra-estruturas e serviços, ao desenvolvimento tecnológico regional e à eficiência administrativa.

Relativamente à Lei das Finanças das Regiões Autónomas o maior partido da oposição teve dúvidas constitucionais e existenciais. No Plenário passado apresentou um Projecto de Resolução que queria ver aprovado e que recomendava o que já se previa que estaria na lei, mas como ficou na lei, já a seguir se colocou contra a lei. O que queriam e esperavam era que Açores ficassem prejudicados nesta revisão. Mais uma vez, em mais uma lei estruturante para os Açores tal como no processo da lei eleitoral, colocou os interesses partidários, acima dos interesses da Região.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

A nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas introduz justiça e uma maior consideração pelos Açores, perante o reconhecimento dos sobrecustos financeiros, económicos e sociais do arquipélago Açoriano face à Madeira.

A nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas substitui a imprevisibilidade da aplicação da Lei de Estabilidade Orçamental, é mais clara nas responsabilidades e obrigações do Estado, é mais precisa na salvaguarda dos montantes financeiros

devidos às regiões, promove articulação das políticas nacionais e regionais com a política europeia e melhora a explicitação dos poderes fiscais regionais.

O próximo Orçamento Regional contará com mais uma verba 13,3 milhões de euros, por força dos novos critérios constantes da nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que no dizer do principal partido da oposição, seria o mesmo do que receberíamos com a lei anterior, falta é explicar, que sem a nova lei, os impactos da Lei de Estabilidade Orçamental repercutiam efeitos negativos sobre a Região, como já tinha acontecido no corrente ano.

**Deputado António Marinho (PSD):** Com o Governo do PS!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Orçamento para 2007 observa pelo quinto ano consecutivo o princípio do equilíbrio orçamental tal como se encontra definido no artigo 4.º da Lei 79/98 de 24 de Novembro, ou seja, as receitas efectivas cobrem a totalidade das despesas efectivas, segue os critérios e métodos utilizados nos últimos anos, ajustados, à nova realidade financeira decorrente da aplicação dos novos critérios de determinação das transferências financeiras previstos na revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, os quais, apesar de ainda não terem sido aprovados na especialidade na Assembleia da República, foram integrados na Proposta de Orçamento de Estado para o ano de 2007.

A Proposta de Orçamento para 2007, apresenta, um valor de 991,9 milhões de euros, sem contas de ordem, traduzindo um acréscimo de 7,4% relativamente ao ano anterior, Se adicionarmos as contas de ordem, 263,3 milhões de euros, o valor global inscrito neste orçamento atinge os 1.255,2 milhões de euros.

As três principais fontes de financiamento do orçamento regional são as receitas próprias, as transferências do Orçamento do Estado e as transferências da União Europeia. As receitas próprias constituem a principal fonte de financiamento do orçamento, representando, em 2007, 54% do total das receitas efectivas, registando-se uma significativa redução do seu peso relativamente ao ano de 2006, menos 16,8 pontos percentuais. Esta alteração decorre na sua quase totalidade do novo modelo de transferência da receita do IVA para Região e

numa parte menos significativa, do aumento do peso das transferências da União Europeia de 2006 para 2007. As transferências do Orçamento do Estado e as transferências da União Europeia representam, para 2007, um peso de 38% e de 8%, mais 11,8% e 5%, relativamente ao ano anterior.

Neste Orçamento importa realçar que as Receitas Efectivas tem um incremento de 61,3 milhões de euros (+7%), derivado do aumento das transferências no âmbito da Lei de Finanças Regionais, (+13,3 milhões de euros), do início do pagamento da dívida referente à má aplicação da anterior lei (+14,8 milhões), do aumento das transferências da União Europeia (48,7 milhões de euros) para o próximo ano e do crescimento fiscal da matéria colectável.

Ao nível das despesas de funcionamento da Administração Regional nota-se um grande rigor e contenção, das quais se salienta a redução da Despesa Corrente Primária, após a dedução das transferências para o Serviço Regional de Saúde, em 0,8%, a diminuição em 0,7% das despesas na Aquisição de Bens e Serviços e a redução de 0.7% nas transferências correntes.

A Despesa Corrente representará em 2007 45,9% do total da Despesa, quando em 2006 representa 48,1% (-2,2 pontos percentuais). As Despesas com Pessoal apresentam uma taxa de crescimento de apenas 0,2% em relação ao ano de 2006. As despesas de investimento inscritas no capítulo 40 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, para 2007, atingem o valor global de 377,5 milhões de euros, mais 15,9% do que o montante previsto para 2006, ou seja mais 51,8 milhões de euros, o que demonstra que existe um crescimento sustentado do investimento público, factor dinamizador da economia e do investimento privado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na dotação financeira para os Grandes Objectivos de Desenvolvimento do Plano de 2007, verifica-se que o objectivo “Incrementar o ordenamento territorial e a eficiência das redes estruturantes” é o vector com dotação mais significativa, apresentando um peso de 34,9% do Plano, seguida do objectivo “aumentar a produtividade e a competitividade da economia”, com 32,3%. Em terceiro lugar,

aparece o objectivo “qualificar os recursos humanos potenciando a sociedade do conhecimento” (20,5%).

Em termos de adequabilidade dos programas do Plano para 2007 face às grandes linhas de orientação definida pelo IX Governo Regional podemos constatar que existe coerência e constituem-se como parâmetros de sustentabilidade da política económico-social do novo ciclo que se iniciou em 2005.

O investimento previsto para o Plano de 2007 foi apresentado no âmbito de um quadro realista, que permitirá à Região e a todos os agentes económicos nela envolvidos, públicos e privados, assegurar um futuro que se deseja promissor e que possibilite encarar positivamente os grandes desafios de desenvolvimento e de crescimento económico e social convergentes com o restante território nacional e com a União Europeia.

Relativamente à dívida pública regional esta mantém-se estável, totalizando cerca de 275 milhões de euros.

As responsabilidades líquidas de avales concedidos pela Região, nos últimos três anos, têm registado uma redução na sua utilização, a qual passaram de 148,7 milhões de euros, em 2004, para 120,7 milhões de euros, em 2005 e apenas 21,6 milhões de euros, no corrente ano (aqui mais uma vez falharam as previsões do principal partido da oposição).

Em suma, e como disse o Sr. Vice-Presidente há pouco, o Orçamento e Plano da Região para 2007 reforçam a opção estratégica de dar continuidade a uma política de rigor orçamental, que assegure o equilíbrio pleno das contas públicas e o crescimento sustentado do Investimento. Contributos necessários para manter um clima de estabilidade social e económica, potenciadores do crescimento dos indicadores macroeconómicos que reforcem o processo de convergência da Região com as médias do continente Português e da União Europeia.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pois é, 1,255 milhões de euros!

Saído da cartola, aí está o “jackpot” anual do Governo Socialista dos Açores!

Alguém – do governo, bem entendido – diria assim:

“Sai uma vez por ano, mas tem que ser lembrado de Janeiro a Dezembro!”

E continuaria:

“Ordens são para se cumprir, e a verdade é que gente obediente é algo que não vai faltando enquanto houver dinheiro para distribuir.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Que bom era ter militantes do PS a telefonar para defender o seu Governo!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Que ninguém se esqueça: “o maior de sempre”!

Já está bem comunicado?

Já se fez entrar a mensagem em todos os lares dos Açores?

Já se transmitiu a toda a gente que “o governo conseguiu, mais uma vez, trazer para a Região o maior volume de meios financeiros de que há memória?”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No trigésimo primeiro ano da Autonomia, bem que podia, e devia, haver um discurso de maior qualidade. É uma sina, no entanto, que ainda perdurará por mais dois anos.

A verdade é que os “milhões”, os “maiores de sempre”, só produzem efeitos a partir do momento em que são aplicados.

Para isso, é necessário que se estabeleçam objectivos. Tal como nas empresas. Tal como em nossas casas.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Mais ainda, quando os “milhões” que estão em jogo, os tais “maiores de sempre”, pertencem a todos, provêm do bolso de quem pagou impostos, no pressuposto de que daí resultem benefícios assumidos e obtidos colectivamente.

E onde estão os objectivos?

Novamente a palavra tem que ser dada ao governo:

“Estão por aí! Até constam dos documentos! Não leu os documentos?

Até estão aí as perspectivas de evolução de alguns indicadores para o Japão... e para os Estados Unidos... e para a União Europeia... e para Portugal... e até para a China!”

E nós perguntamos: Mas estes não são documentos relativos à economia açoriana? Então onde estão as estimativas para os Açores? Será que nos falta alguma página?

Soubemos há pouco que devemos ir às Orientações de Médio Prazo, curiosamente aquele documento onde era perfeitamente indiferente que estivesse lá o valor diferente em mais de 400 milhões de euros aqui há alguns tempos atrás. O tal que não interessava nada, é justamente onde se deve ir! E não estão no documento que efectivamente temos (não comece já com as folhinhas!).

Até já se chegou ao extremo de ouvir, da boca de alguém que provavelmente não está muito identificado com a verdadeira dimensão de um orçamento público, que o seu objectivo reside no rigor das contas públicas!

Mas isso é um objectivo, ou é uma postura que deve ser assumida, e constituir motivo de preocupação, em permanência, por parte de quem gere dinheiros públicos?

Será que o não estabelecimento de objectivos serve para depois tornar mais fácil a defesa, aquando do confronto com a realidade?

Os que se sentem incomodados na discussão dos resultados, porque deles têm perfeita consciência, diriam: “Seria bom mesmo que não se estabelecessem objectivos, até porque isto não está a correr nada bem”.

Diz também o Governo:

“Este é um orçamento défice “zero”! Pelo quinto ano consecutivo!”.

“Cuidadinho com as palavras!” – terá alertado quem se sentiu atingido no seu orgulho – “Em 2004, a Conta mostrou o tal superávit “vinte e dois”! Excepto para a oposição, mas esses estão sempre a falar mal.

Ah! É verdade! Também para o Tribunal de Contas, que se lembrou de ir buscar os “calotes” de final do ano, que atingiram quarenta e tal milhões de euros, só para nos conduzir a um défice “dezanove”! Porquê aqueles preciosismos?

Ainda para mais, esses legalistas do Tribunal de Contas estão sempre a escrever aquelas “inconveniências” relativamente às sociedades anónimas, a considerarem que potenciam situações de desorçamentação e de “finta” ao endividamento.

Razão tem o Sr. Presidente, quando diz que o governo só acata as recomendações e só liga às chamadas de atenção do Tribunal de Contas se quiser. Ele é que tem coragem!

Já agora, também citando o Presidente do Governo, “legal ou ilegal, quero lá saber!”

Enquanto assim for, continuaremos a “passar” despesa para essas sociedades, continuaremos a criar as que pretendermos, elas endividam-se, porque não lhes está vedado, e nós avalizamos os empréstimos que elas contraírem.

Afinal, temos maioria absoluta ou não?

Dar conta do que se passou com as negociações do QREN? Informar sobre as negociações da Lei de Finanças das Regiões Autónomas ou da nossa intervenção na nova Lei de Finanças Locais, em que pensámos no nosso umbigo e no nosso partido, esquecendo que existem dezanove municípios nos Açores? Para quê? Eles não têm que saber nada disso! Sabem depois, quando tudo estiver consumado, e têm muita sorte!”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Larguemos a ironia, que é mais próxima da realidade do que muitos julgam.

É esta a realidade dos Açores!

O artificialismo instalado a todos os níveis, e um governo que confunde maioria absoluta com uma postura de “quero, posso e mando”.

Mas este governo tem história. Não pode, depois de dez anos de responsabilidade de condução dos destinos da Região, continuar a falar do passado anterior a 1996.

Vamos aos resultados destes dez anos.

Comemoremos o evento (não na companhia do Sr. Presidente, na Terceira) em conjunto com o governo. Mas com uma diferença: com a verdade!

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Só no Quadro Comunitário de Apoio que começou em 2000 e termina no presente ano, os Açores contaram com um esforço financeiro da UE de 4,163 euros por habitante, o maior entre as regiões europeias.

A Madeira ficou-se nos 3,442 euros por habitante...

**Deputado Nuno Amaral (PSD):** Não vá por aí. Não fale na Madeira que lhe fica mal!

**O Orador:** Ouça, ouça que isto vale a pena para ir recordando os números!

... e as regiões Objectivo 1 nos 1,500 euros por habitante. Em relação a estas últimas, o esforço da UE para os Açores foi 2.8 vezes superior.

Os valores são do 3º Relatório da Coesão, elaborado pela Comissão Europeia. Não são nossos!

**Deputados José Manuel Bolieiro e Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** A convergência seria obrigatória, e em grande dimensão.

Mas não aconteceu!

Os resultados que se encontram disponíveis remontam a 2003.

Face à média da União Europeia a 25, o PIB per capita dos Açores, medido em paridades de poder de compra, situava-se em 61.1% em 2003. Um ano antes encontrava-se em 66.4%.

Baixou, sem apelo nem agravo. Os Açores recuaram para os níveis em que se encontravam em 1998/1999.

Os dados são do Eurostat. Não são nossos!

**Deputados Clélio Meneses e Maria José Duarte (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** De 2002 para 2003, o Produto Interno Bruto açoriano desceu 0.8% em termos reais.



**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*): E o país?

**O Orador:** Eu estou a falar dos Açores.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Por que é que não falou na Madeira?

**O Orador:** Ouça, Sr. Presidente. O senhor fica mesmo incomodado com estes números, não fica?

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Não!

**O Orador:** No confronto com as outras regiões portuguesas, apenas duas conheceram uma quebra superior e uma outra igualou a má prestação da economia açoriana. Nas restantes, uma baixou apenas 0.2% e houve outras que até subiram, com destaque para a Madeira, com um aumento de 1.7%.

O pior comportamento do Norte e do Centro permitiu que os Açores se aproximassem um ponto percentual da média do país no PIB per capita. Estão no penúltimo lugar, atingindo apenas 83% daquela.

Na produtividade, o cenário é desastroso. Justamente onde deveriam estar a verificar-se progressos devidos ao grande esforço financeiro levado a cabo, os Açores estão no fim da lista, com 81% da média nacional, descendo em relação aos 82% que se atingiam no início dos governos socialistas, velhos de dez anos.

Nas Contas Regionais de 2003 é também possível constatar o que se passou com o Rendimento Primário, bem como, adicionando a este as Transferências de Redistribuição, com o Rendimento Disponível Bruto das Famílias. Este indicador, segundo o Instituto Nacional de Estatística, permite “complementar a abordagem do PIB e aproximar do conceito de riqueza detida efectivamente pelas regiões e torneiar as limitações do PIB per capita como indicador do nível de vida das famílias residentes nas regiões” e é “provavelmente o melhor indicador do nível de vida das famílias residentes em cada região”.

Pois bem, no mesmo ano de 2003, os Açores desceram 1.1% no primeiro dos indicadores referidos, tendo todas as restantes regiões conhecido aumentos, e a média nacional observou um acréscimo de 1.7%. No segundo, a Região cresceu 0.3%, o pior dos comportamentos entre todas as regiões nacionais, bem abaixo do aumento de 2.6% da média do país.

Todos estes números são do INE. Não são nossos!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Palavras para quê?

Os resultados estão à vista!

Já se imagina qual o argumento, aliás frouxo, que o governo vai utilizar: “Estão a recorrer a dados de 2003 e nós estamos aqui para falar nas perspectivas para 2007”.

Como já o utilizou, e tem o hábito de ser teimoso, vai voltar à carga!

Mas não colhe!

Como não estão definidos objectivos, neste como nos anos anteriores, há que ver qual a estratégia que tem sido seguida, designadamente de 2003 para frente, incluindo a que se apresenta para o próximo ano, e ver até que ponto o rumo se alterou, ou vai alterar, permitindo chegar aos resultados que não se conseguiram atingir. Isto é, ver em que medida o cenário de divergência de 2003 se pode ter invertido, ou vai inverter.

Tudo se mantém. A estratégia continua sem existir, tudo se mantém exactamente igual, só que com mais dinheiro.

Mas mais dinheiro, “atirado” na mesma direcção, mantém as ineficiências e não altera a eficácia.

O orçamento de funcionamento preserva a continuação dos mesmos desperdícios, independentemente de haver cláusulas, na proposta de decreto legislativo regional, que pretendem mostrar boas intenções. Nitidamente para vender um produto, distrair os incautos e sem expressão.

O Serviço Regional de Saúde vai continuar altamente sub-orçamentado, embora a “fé” do governo na mudança de atitudes seja apregoada. Só que isto não vai lá com fé, vai com medidas, e essas, não se vislumbram!

A revisão de Lei de Finanças das Regiões Autónomas também fez das suas, com o fim da capitação do IVA – decisão que consideramos um retrocesso –que acabou por deitar por terra uma “bandeira” abstrusa do governo, quando dizia que o funcionamento da Administração Regional era auto-suficiente. Por esse

facto, as receitas próprias da Região apenas cobrirão, em 2007, 92% das despesas de funcionamento, embora a “ginástica comparativa” efectuada no relatório seja, tão notável, quanto ridícula, no sentido de recuperar a bandeira perdida.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** As despesas do plano sobem. Sobem mesmo. “Maior de sempre”, convém não esquecer!

Mas, além do dinheiro, alguma coisa muda?

Nada, mesmo nada. Continua sem existir uma estratégia. É o que se pode chamar “atirar com dinheiro”, sem critérios ou prioridades.

Servir clientelas e pouco mais.

As despesas de funcionamento continuam a figurar, em larga escala, num documento que se pretende de investimento. É mais um expediente para esconder a verdadeira dimensão do custo da máquina da Administração Regional, ajudando à “festa” das sociedades anónimas.

A propósito, vem aí mais uma!

Srs. Deputados, preparem-se para quinta-feira!

Os pagamentos de dívidas do passado subsistem, gerando meros movimentos de tesouraria, sem expressão na execução material e, como tal, sem poderem reflectir-se na actividade económica.

O “cimento” continua em grande! Dá notícia, permite inaugurações, vale a pena, na perspectiva do “passeio eleitoralista” permanente do governo pelas diversas ilhas, seja ou não ano de eleições.

Mas não gera, por si só, desenvolvimento.

O incentivo ao tecido empresarial continua a ser confundido com entrega de dinheiro. Dinheiro e mais dinheiro.

Mas os empresários sabem bem que os incentivos à actividade das suas empresas não se resumem apenas ao apoio financeiro aos seus investimentos. A saúde das empresas depende muito mais de outros factores, designadamente da existência de mercado suficientemente consistente que assegure a continuidade dos negócios.

Para quê continuar a enganar, com grandes números, depois não utilizados, os empreendedores, e os eleitores, das chamadas ilhas da coesão, um conceito que, aliás, o governo tem alargado e desvirtuado?

Reforço na qualificação dos recursos humanos? Boa intenção, obviamente.

Mas está assegurada a empregabilidade que lhe deve estar associada? Ou servirá apenas para ocupar alguns milhares de pessoas, designadamente jovens, criando frustrações e atingindo o objectivo máximo de “amaciar” a taxa de desemprego?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os valores, efectivamente, parecem subir.

Damos, de barato, que estamos perante os “maiores de sempre”!

Estranhamos, no meio de tudo isto, é que se continue a revelar necessário recorrer a endividamento.

Indirecto, claro está, que o directo está inacessível.

A dívida da Região, no total, já estará em 697 milhões de euros no final deste ano. Em 2007, o governo considera que pode chegar – e aqui há uma precisão de conceitos, pode chegar e potencial, é preciso um dicionário para o Sr. Vice-Presidente e outro para o Sr. Deputado José Rego – a 787 milhões, embora fuja, como o diabo da cruz, das designações adequadas. Enfim!

Também aqui se nota uma enorme ginástica argumentativa para explicar o inexplicável: o que é a degradação!

A estratégia, essa, continua sem existir. Tudo se repete, como se tem repetido ano após ano.

Os resultados, obviamente, não podem surgir.

O cenário de 2003 tenderá, por isso, a manter-se.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma palavra final para as dificuldades do verbo socialista, que se está a confrontar, cada vez mais, com obstáculos visivelmente difíceis.

A crueza dos números não se mostra cooperante com a ânsia e o desejo do

discurso do êxito, e este apenas pode ser proferido com recurso à mistificação, ou até à mentira. Por isso, as palavras têm endurecido, têm caído na vulgaridade.

Chega a ser ridículo assistir à reacção imediata do Governo e do partido do poder quando a “tal” oposição que consideram inconsequente, sem uma alternativa a apresentar e com vazio de ideias, desmascara as inverdades, dá uma leitura séria aos dados estatísticos ou denuncia os frequentes abusos.

**Deputados José Manuel Bolieiro e Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Até mesmo quando a oposição procede, apenas, à divulgação das suas posições, o comentário sempre aparece, invariavelmente com violência, o que não deixa de ser caricato, ou talvez revelador de efectivos receios, tendo em conta que consideram, na atitude pouco polida em que se tornaram especialistas, que a oposição “não presta”.

A linguagem inqualificável, desnecessariamente mal-educada, com inexplicáveis tiques deselegantes,....

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... embora frequentemente grotesca, generalizou-se entre a pseudo-família dos amantes do poder rosa. Até chegou àqueles que ainda conseguiam escapar à mediocridade, aos que se distinguiam dos que sobrevivem à custa das “migalhas” oferecidas, muitas delas resultantes da utilização abusiva dos meios que a todos pertencem.

É, em toda a linha, o desespero à flor da pele.

Já não conseguem disfarçar. Perderam o tino. Passaram-se.

A ocultação da verdade, bem como os exercícios de pura manipulação, deixaram de ser expedientes suficientes para esconder a incapacidade.

É o sintoma da impotência, e da incompetência, em toda a sua dimensão.

A governação socialista dos Açores nos últimos dez anos teve, e continua a ter, muito dinheiro à disposição, mas não consegue apresentar resultados.

Como nos tem recordado um anúncio de excelente carga humorística, em boa hora surgido, a galinha tem asas, mas não consegue voar!

Em 2007, com os documentos que apresenta, que pretendem dar aos Açores “mais do mesmo”, o governo continuará a esgravatar na terra, na esperança de que apareça um grão de milho providencial!

Por mais um ano, não será possível assistir ao voo do milhafre!

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(\*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

Há pouco assistimos aqui a uma intervenção do Sr. Vice-Presidente em que demonstrou, através de dados, também sérios, a convergência da Região com o País e com a União Europeia.

O PSD, através do Sr. Deputado António Marinho e do Presidente do PSD, fixou-se no ano de 2003.

O Sr. Deputado acabou de dizer naquela tribuna que era preciso falar com qualidade e com rigor e disse que ia fazer uma análise dos últimos 10 anos, mas não a fez, apenas fixou-se no ano de 2003.

Não quero repetir os dados apresentados aqui pelo Sr. Vice-Presidente, mas eles foram de convergência da Região com o Continente, com o País e com a União Europeia.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** Relativamente à intervenção do Sr. Deputado António Marinho, queria fazer dois ou três comentários.

O Sr. Deputado diz que deve haver maior rigor, maior qualidade nas intervenções.

**Deputado António Marinho (PSD):** Não falei em intervenções. Não percebeu o que eu disse!

**O Orador:** Eu tinha ideia que tinha sido dito assim.

De qualquer maneira, se não foi, entendo que a sua intervenção, no que concerne ao rigor e à qualidade, acabou por ficar por três ou quatro momentos que já são gastos e que têm a ver com os objectivos deste Governo que são claros no seu plano, quer nas Orientações a Médio Prazo, quer no Plano para 2007, objectivos que vão concretizar as promessas do Partido Socialista no último acto eleitoral, ilha a ilha, concelho a concelho.

Relativamente a dois ou três comentários que o PSD lançou a este Plano e a este Orçamento, gostaria, no que se refere ao cimento – outro dia falavam em betão, hoje é em cimento – de ouvir da parte do PSD, qual dos investimentos, que o PS e o seu Governo apontam, ilha a ilha, que o PSD riscava dessa lista e o que é que colocava?

**Deputado António Marinho (PSD):** Quando fizermos o Plano havemos de ver!

**O Orador:** Gostaria de saber o que é que o PSD pensa sobre os portos dos Açores que nós vamos fazer, sobre os aeroportos e todas as infra-estruturas que vamos continuar a criar, que são necessárias para o desenvolvimento dos Açores? Também gostaria de saber qual a crítica que o Sr. Deputado António Marinho faz aos incentivos que este Governo concede à nossa economia através das empresas?

Não é atirar à parede mais dinheiro. É criar mais postos de trabalho nesta Região, é criar novas empresas nesta Região, por isso é que o emprego tem aumentado na nossa Região, porque há criatividade deste Governo nos incentivos que tem proposto para os Açores.

Por fim, relativamente a despesas de funcionamento, a artificialismo que o Sr. Deputado vem falar, julgo que estas contas são apresentadas com rigor e com contenção para os Açores, para o ano de 2007.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser muito rápido e começo por registar, através da intervenção do Sr. Deputado António Marinho, a ausência completa do PSD na discussão do Plano e do Orçamento para 2007.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Ausência?

**O Orador:** O que trouxe nesta matéria foi uma fuga clara de discutir os números, os valores, as referências que estes documentos comportam.

Se em 2005 ainda tentava duvidar da capacidade de execução e de previsão do Governo Regional, esse assunto já foi esquecido.

Se em 2005 ainda duvidava do aumento do investimento e afirmava que o mesmo era pontual, este facto já foi esquecido.

Se em 2006 duvidava que uma nova Lei de Finanças Regionais reforçava os meios financeiros para os Açores, esta situação já foi esquecida.

Se em 2006 referia e exigia o pagamento da dívida referente à má aplicação da anterior lei, esse assunto já foi esquecido.

Se em 2006 referia e exigia um reforço de fundos comunitários a partir de 2007, esse assunto já foi esquecido.

Se em 2006 argumentava que a introdução do ISP era a única razão para aumentar o investimento e que iria reduzir nos anos seguintes, esse assunto também já foi esquecido.

Todas as matérias de relevância orçamental e de relevância em termos dos valores e dos números e que foram o argumentário, durante dois anos, na intervenção inicial do Sr. Deputado António Marinho, foram esquecidas.

Como o tempo nos veio dar razão, procurou hoje divergir e trazer à colação matérias e assuntos com base na leitura sectorial de uma parte de um ano, esquecendo-se de que nesse mesmo ano o País teve e obteve indicadores estatísticos muito piores, o País que era então governado por um governo que todos sabemos como era composto.

Por isso, como referi na minha intervenção – para terminar e não perder mais tempo porque é uma intervenção que não merece grande registo e grande atenção – quem nos exige mais, em primeiro lugar, tem que provar que é capaz de fazer



mais e melhor e nesse mesmo ano o Governo da República do PSD provou que fez pior do que nós fizemos nos Açores, mesmo com a nossa dimensão.

Essa resposta é a resposta clara a essas observações.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**(\*) Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

À parte de dois ou três comentários que irei fazer, eu creio que a intervenção que aqui produzimos há pouco alcançou os seus objectivos em função do incómodo que se notou, designadamente da bancada do Governo (menos dos Srs. Deputados que provavelmente já vão conhecendo o Governo como nós já conhecemos) e mais por parte do Sr. Presidente, que não gosta de ouvir certas verdades, mas são as verdades das estatísticas. Ninguém tem culpa delas existirem!

Em relação aos tais actos isolados, ou aos tais números isolados, (eu também tenho números para mostrar, não é só o Sr. Vice-presidente, também tenho boas encardenações) isto aqui é um *copy/paste* de um quadradinho retirado do Eurostat. Portanto, mais uma vez digo que não são dados nossos. E o dito quadradinho do Eurostat, o que é que nos diz?

Faz-nos uma história de 95 a 2003, o que é interessante.

Quando eu falei em 2003, disse que em 2003, em paridade de poder de compra, o PIB per capita dos Açores era 61,1% da média europeia e tinha descido 66,4 relativamente ao ano anterior. E disse mais: disse que tinha retornado aos valores de 98/99. Portanto, não foi uma simples queda, não foi um simples acidente de percurso. Voltou aos valores de 98/99.

Em 2003 estava em 61.1. Em 98, estava em 59. Em 99 estava em 62.9. Isto é, retornou-se 4 ou 5 anos.

Sr. Deputado, não me venha dar lições de rigor, pelo amor de Deus! Dessas não! Quanto à questão do rigor, quando dizemos isto é porque fizemos uma análise (eu acredito no seu trabalho, mas nós trabalhamos também) dos documentos ao longo dos anos e aquilo que se verifica é que não há uma alteração de estratégia. Não se passa de apoios a um determinado sector, ou de apontar essencialmente para o crescimento de determinado sector, para outro. A estratégia é a mesma, tem mais números, tem mais valores, mas não é uma alteração em termos estratégicos.

Quando o senhor fala relativamente às promessas que vão surgir no futuro, é o discurso normal, porque com o Partido Socialista é sempre para o futuro. Há bocado também falávamos ali no investimento externo, também não existe, mas daqui a dois anos e meio já vão existir resultados. É sempre para o futuro!

Quanto ao desafio que fez para nós dizermos em termos de obras públicas onde é que investíamos, havemos de fazê-lo. Quando a responsabilidade da elaboração do Plano for nossa, havemos de fazer e os senhores irão criticar. Neste momento, temos todo o direito e o dever, porque foi para isso que também recebemos o voto dos açorianos, de contestar uma determinada falta de estratégia por parte do Governo.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Nessa altura já estamos todos num lar de idosos!

**O Orador:** Quanto aos incentivos – o senhor sabe tão bem como eu, e se não sabe é porque também não andou pelo Governo – o que me interessa não são os valores que vêm lá relativamente à coesão e às diversas ilhas.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Já termino. Na próxima oportunidade responderei ao Sr. Vice-Presidente.

O senhor pergunte aos Deputados do seu partido pelas ilhas mais pequenas, se as verbas que tinham destinado aos apoios empresariais ao nível da coesão, se foram aplicadas. Pergunte-lhes e terá uma resposta.

A resposta será: “Não!”.

Figurava um grande número, mas acabou por se reduzir a nada ou quase nada, porque não existe iniciativa empresarial.

É preciso estimular para que ela exista e depois eles farão os seus investimentos. Primeiro é preciso assegurar o mercado e criar condições para eles investirem. Não é atirar com dinheiro para eles.

Muito obrigado.

**Deputados Mark Marques e Jorge Macedo (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Marinho fez uma afirmação com a qual não podemos estar mais de acordo, é que no trigésimo primeiro ano da Autonomia bem podia e devia haver um discurso de maior qualidade. É verdade!

**Deputado António Marinho (PSD):** Não foi isso que eu disse!

**O Orador:** Mas infelizmente ainda não foi este ano que vamos poder contar consigo e com o PSD para termos esse discurso de grande qualidade. Isso realmente lamentamos.

Quanto à crítica que fez dirigida ao Deputado José Rego, de que tínhamos como grande objectivo o princípio do equilíbrio orçamental, nós não temos isso como grande objectivo. Nós temos isso como um princípio adquirido.

O princípio da estabilidade orçamental é um princípio adquirido! É um princípio que conquistamos, mantemos e foi adquirido pelos Governos do PS!

**Deputado António Marinho (PSD):** Não é adquirido, é obrigatório!

**O Orador:** Aparentemente para os senhores só passou a ser obrigatório a partir de 1996.

O facto de que temos isso como um princípio adquirido é que algumas das nossas principais preocupações são efectivamente o equilíbrio financeiro das contas públicas regionais e a manutenção do endividamento zero.

É por isso que crescemos apenas 1,3% nas despesas de funcionamento e decrescemos 0,7% na aquisição de bens e serviços, para além de que nestes

documentos temos a maior desagregação espacial de sempre. Estes são factos que não podem ser desmentidos.

Quanto ao facto dos milhões virem dos contribuintes, efectivamente eles vêm dos contribuintes, dos quais nós fazemos parte. É com esses milhões dos contribuintes que nós construímos melhores estradas, melhores escolas, melhores portos, melhores aeroportos, fomentámos o desenvolvimento para que os açorianos tenham, e têm agora, melhor qualidade de vida do que tinham há uns anos atrás.

É com isso que também fomentamos, em parceria com os privados, mais crescimento económico. É assim que também conseguimos, apesar da profunda crise que se viveu e de certa forma ainda se vive na União Europeia e no País (não passámos ao lado da crise, porque isso não era possível, não temos dimensão para isso), convergir quer para uma Europa a 15, quer para uma Europa a 25.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Onde é que isso está escrito?!

**O Orador:** Com estes documentos nós damos resposta aos anseios dos açorianos. E vamos continuar a dar resposta aos anseios e às necessidades dos açorianos!

Temos vindo a desenvolver (e vamos continuar a desenvolver!) os Açores!

Temos vindo a potenciar o crescimento da qualidade de vida dos açorianos!

Vamos continuar a potenciar o crescimento da qualidade de vida dos Açorianos!

Foi isso que nos propusemos!

É para isso que cá estamos!

É esse o objectivo traçado pelos Governos Socialista com o apoio deste Grupo Parlamentar. É esse objectivo que nós vamos continuar a prosseguir e vamos alcançar.

Quanto à afirmação de que alguns milhões serviriam eventualmente para servir clientelas, Sr. Deputado António Marinho, o senhor deve andar muito distraído.

Certamente ainda não percebeu em que bancada é que está sentado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**(\*) Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por dizer, em jeito de graça, que o Sr. Deputado Lizuarte Machado, com o discurso que acabou de fazer, é um forte candidato a entrar no Governo. Um dos Srs. Secretários que ali está que se ponha a pau, porque tem o lugar ameaçado.

O Sr. Presidente do Governo ouviu-o atentamente e disse: “Temos homem!”

Começo pela história do endividamento. Eu não queria ir para o endividamento!

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Então não vá, Sr. Deputado!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Não queria, porque o interessante no meio disto tudo é que o Sr. Vice-Presidente, que é o defensor que não há dívida indirecta nos Açores, tem que puxar as orelhas – porque é aí que está o endividamento e não se endivida directamente porque não pode, mas cria instrumentos para se poder endividar e isso é claro! – a 6 Srs. Deputados que estão ali sentados e que se sentam na Comissão de Economia, que o contrariaram na análise que a Comissão de Economia fez da Conta de 2004 e consideraram os seus benditos avales como endividamento indirecto.

Sr. Presidente, diga a ele para lhes puxar as orelhas!

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Na Madeira é que sabem fazer isso!

**O Orador:** Quanto aos assuntos esquecidos que o Sr. Vice-Presidente fala e refere que nós não fomos aos assuntos relevantes, Sr. Vice-Presidente, só lhe digo uma coisa: por enquanto, quem decide sobre o discurso que nós fazemos, somos nós!

Quanto àquilo que disse, que nós procurámos fugir, nós não procurámos fugir a nada.

Discutir resultados é procurar fugir?

O senhor é que foge como o diabo da cruz de discutir resultados!

Não lhe interessam!

Dão-lhe cabo da sua argumentação por completo!

A única coisa que o senhor fez, e notou-se na sua intervenção do princípio ao fim e obviamente da nossa parte não sugeriu qualquer tipo de debate, para além das provocações habituais (mas essas responde quem vá querendo responder, eu pessoalmente já não respondo, porque já não vale a pena) foi o discurso dos milhões.

Sr. Vice-Presidente, esse discurso é que nitidamente não nos interessa aqui.

Eu comecei por o fazer. Lembra-se como é que eu comecei a minha intervenção?

“Pois é, 1,255 milhões de euros!”

Disse-lhe que eram os maiores de sempre!

Dei-lhe os maiores de sempre!

O senhor que fique com os maiores de sempre!

Obviamente que têm que ser sempre maiores, um bocadinho!

Mas são “os maiores de sempre” e ninguém lhe tira “os maiores de sempre”!

Agora, o que interessa é a forma como eles são aplicados.

Ter os maiores de sempre para depois regredir em termos de resultados, para divergir com a média europeia, não interessa nada ter os maiores de sempre. Apliquem-nos bem! É com isso que os senhores têm que se preocupar, em aplicar bem e não em esbanjar dinheiro atirando para junto dos agentes económicos que vos interessa que sorrissem no momento eleitoral.

Não interessa nada se tem mais. Se podem ter melhor, se tiverem muito dinheiro e aplicarem bem, felizes da vida!

Mas têm-no aplicado mal e as provas estão à vista. Os resultados comprovam-no e daí os senhores não se conseguem safar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(\*) **Deputado José Rego (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à posição do Sr. Deputado António Marinho de não querer tomar posição face ao Plano da Região e às obras que nele vêm contidas, é a oposição não querer fazer nada, não ter uma opinião sobre nada.

Diz que: “quando formos governo diremos quais serão as nossas obras”: Não! Compete à oposição dizer se a obra contida naquele plano está bem pensada para aquela ilha, para aquele concelho, para qualquer zona dos Açores.

Dizer-se que é atirar cimento...

**Deputado António Marinho (PSD)**: Não é cimento, é dinheiro!

**O Orador**: ... e não questionar o nosso plano, é ao fim e ao cabo dizer que não têm nada a ver com isto, que esta obra para esta ilha não é importante, ou aquela obra para aquele concelho não é importante.

**Deputado António Marinho (PSD)**: Eu não disse nada disso!

**O Orador**: Não! Pede-se mais à oposição.

A oposição está cá para analisar o Plano e os investimentos, ilha a ilha, concelho a concelho, e dizer se está bem ou não em termos do futuro dos Açores.

Relativamente a verbas e a orçamentos, eu julgo que o Sr. Deputado António Marinho, conhecido pelo Sr. Deputado dos “três quartos”, hoje já não questiona as verbas do orçamento, com o objectivo claro de saber quanto é que serão as nossas receitas, de quanto é que serão as nossas despesas. Isso já não se discute, já não vale a pena, porque as suas previsões falham sempre e então para não falhar mais uma vez, não quer tocar neste assunto.

Quanto ao facto deste Plano e deste Orçamento serem os maiores de sempre, o ano passado veio aqui procurar demonstrar que não era o maior sempre.

**Deputado António Marinho (PSD)**: E não era o maior de sempre!

**O Orador**: Hoje, já dá de barato que ele é o maior de sempre!

Eu não percebo o Sr. Deputado António Marinho. As suas contas devem ter falhado outra vez.

É e continuará a ser o maior de sempre...

**Deputado António Marinho (PSD):** Eu só digo os números da verdade! É disso que os senhores não são capazes! Mistificação e mentira! É aquilo que os senhores fazem!

**O Orador:** O que eu disse naquela tribuna foi que os planos de investimento deste Governo, neste quadriénio, têm sido acima dos 300 milhões. É um objectivo a cumprir e no próximo plano de 2007 ele será cumprido.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para uma pequena intervenção relativamente àquilo que o Sr. Deputado José Rego acabou de dizer.

Relativamente às obras, afirmou que tínhamos dito que não temos nada a ver com isso.

Para já, nós estamos a fazer a discussão na generalidade destes diplomas e depois, temos três dias para debater estas propostas. Portanto, terá muito tempo para saber qual a nossa opinião relativamente àquilo que está mal ou está bem.

“Não temos nada a ver com isso!”

A questão não é não termos nada a ver com isso. É não termos nada a ver com a governação neste momento e por isso não nos cabe aqui fazer um plano. Acabemos aqui, enquanto oposição, criticar ou apoiar um determinado plano.

É isso e rigorosamente mais nada!

Quanto às suas últimas considerações, a única coisa que lhe digo, Sr. Deputado José Rego, é que aquilo que disse só prova uma coisa: é que nós o ano passado considerávamos que não era o maior de sempre (e não era o maior de sempre!) e agora consideramos que é o maior de sempre e damos isso de barato. Só significa uma coisa: é que nós falamos sempre nos números pela verdade. Não falamos nos números como os senhores falam mistificando-os e mentindo.

Não fazemos isso. Não mentimos. Seria mentira dizermos que não seria o maior de sempre. Dizemos que é. O ano passado dissemos que não era o maior de sempre e não era.



**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Já se discutiu aqui hoje muitos números, muitos milhões, PIB para baixo, PIB para cima, o que em bom rigor nada diz à maioria dos açorianos!

Os açorianos querem é saber se vão ter mais e melhores cuidados de saúde, mais e melhor emprego, mais e melhor qualidade de vida e isso é o que interessa verdadeiramente saber.

Por isso, nesta minha intervenção vou abordar matéria mais pautável, nomeadamente política de saúde.

O Governo Regional dos Açores, nos últimos meses, tem anunciado grandes projectos para a área da saúde.

Primeiro anunciou uma auditoria aos três hospitais da Região, depois o mega projecto de informatização do Serviço Regional de Saúde e ainda uma profunda alteração ao estatuto do Serviço Regional de Saúde, que por agora não abordaremos.

Comecemos então pela tão famosa e empolada auditoria.

À época dizia o Sr. Presidente do Governo Carlos César: *“O governo não teme afrontar os privilégios de duas ou três pessoas que alcançaram privilégios em determinados serviços na saúde”*. E acrescentava: *“Há sempre problemas em as administrações alcançarem os objectivos a que se propõe cada serviço. Porque, nesses locais, há sempre quem pense que ali está para mandar, ou para empatar, e nem sempre há ali quem esteja para servir”*. BOCA SANTA!

O Sr. Secretário Regional dos Assuntos Socais, Domingos Cunha, mais comedido, mais tímido nas palavras e talvez menos ambicioso, acrescentava, *“... fica espelhada na auditoria a preocupação do Governo Regional, em melhorar as condições de prestação de cuidados de saúde aos açorianos...”*.

Anunciava-se uma total revolução, um novo paradigma, uma análise completa e exaustiva, sem temores, desde a revisão e avaliação dos sistemas de informação e controlo interno, avaliação de recursos, tempos e indicadores de desempenho, abrangendo as diversas áreas, médica, enfermagem e de outros técnicos e ainda a não clínica.

Ainda se prometia devida atenção, à definição e cálculo de rácios de produtividade, a avaliação da acessibilidade dos utentes e ainda dos processos de atribuição e avaliação dos regimes de prevenção, horas extraordinárias e horários acrescidos.

**BRAVO!**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esperava-se o MELHOR, mas aconteceu o PIOR.

De facto, no contrato de auditoria estabelecido entre a Sudaçor e a KPMG, pode ler-se, no ponto 3.1, claramente o seguinte: “O âmbito do trabalho será o de uma auditoria completa das contas do exercício a findar em 31 de Dezembro de 2005, para cada um dos Hospitais Regionais”. Apenas as contas!

Mais adiante, no ponto 3.4 do referido documento, chegamos à conclusão que tudo isto custou, ao bolso dos contribuintes, 110.400 euro mais IVA.

Podemos afirmar, recorrendo aos provérbios populares, que o Governo, “andou a vender gato por lebre”, ou podemos recorrer a uma frase mais erudita e socrática (de José Sócrates) e classificar tudo isto como um EMBUSTE – o adjectivo não é meu, é do Sr. Primeiro-Ministro José Sócrates.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Depois da “montanha ter parido um rato”, o Governo tira do “ventre” a nova menina dos olhos – o sistema de informação em saúde – com a promessa que desta vez é que vai ser, repetindo, praticamente, quase todos os objectivos a que se tinha proposto com a auditoria e prometendo pela décima vez a TELEMEDICINA.

Oxalá, desta vez, tenhamos um “parto” feliz, pelo menos tem a garantia de ser feito por “parteira espanhola”, se bem que, ao que consta, pelo menos em

Portugal, o que fazem melhor são ABORTOS. Portanto, todo o cuidado é pouco e lá diz o povo que “cuidados e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém”. Mas vamos à vetusta e muito dispendiosa telemedicina.

É bom lembrar que foi prometida pelo Governo em 1997 e que sempre se têm orçamentado e gasto avultadas verbas para o efeito e que funciona apenas residualmente.

E onde a telemedicina foi primeiro instalada, foi exactamente no Hospital de Angra, onde nunca funcionou em condições e se deixou estragar e perder o equipamento, sendo agora quase obsoleto.

Continuando, ainda acerca do Hospital de Angra, gostaria, Sr. Secretário dos Assuntos Sociais, que me desse alguns esclarecimentos e perguntava-lhe concretamente quando começam as obras na urgência, que o senhor aqui me garantiu, em Maio passado, que teriam o seu início em Julho, o mais tardar em Setembro. Lembra-se?

Relativamente ao serviço de imagiologia do mesmo hospital, parece (e ainda bem!) estar a decorrer a aquisição de novo equipamento, nomeadamente uma mesa telecomandada, para radiologia digestiva e angiografia, uma sala de radiologia directa e o sistema PACS ( Pict. Arq. Com Sist ), o que me leva a querer saber se existe já rede informática no Hospital preparada para trabalhar com este sistema. E já agora também, para quando se prevê o início das obras e o funcionamento desta parte do serviço de imagiologia.

Obviamente, Sr. Secretário, com muito bem sabe, a reestruturação e equipamento deste serviço sofreu uma amputação, relativamente ao que estava inicialmente programado, pois o senhor sabe que eu sei, que é necessário uma TAC multicorte, mais dois ecógrafos, sendo um para apoio à consulta da mama e também muito importante um mamógrafo digital com estereotaxia, aliás o hospital é local mais adequado para o estudo e tratamento multidisciplinar da patologia da mama (julgo que concordará comigo).

Neste contexto e já que se fala num concurso, que julgo que será lançado em breve, para aquisição de mamógrafos, pela Saudaçor,...

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Não é verdade!

**O Orador:** ...permita-me que lhe dê um conselho: Promova uma reunião entre os serviços de imagiologia dos nossos Hospitais, de modo a que possam conversar entre si e definir estratégias e critérios, que com certeza trarão ganhos para todos, sobretudo para os doentes, em vez de a Região andar a recorrer a Advisers externos, que apenas estão interessados, segundo se diz, em levar uns valentes cobres no bolso.

Eu lembro que o Sr. Secretário disse nesta casa que a região pretendia adquirir mamógrafos para todos os centros de saúde. É a isso que eu me refiro exactamente. É que ponha os nossos técnicos a conversar uns com os outros para definirem a estratégia entre hospitais e centro de saúde. Assim, é que deve ser. Aliás, o Sr. Secretário não discordará disso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Antes de terminar, Sr. Secretário – numa perspectiva construtiva que entendemos que sempre se deve procurar – permita-me que lhe deixe mais algumas sugestões:

Acabe-se com o arcaico, demorado e penoso sistema de referência para as consultas de especialidade para os hospitais, a partir dos centros de saúde não é difícil, Sr. Secretário;

Acabe-se com as tricas entre centros de saúde, relativamente aos exames complementares de diagnóstico – se é de Praia, ou é de Angra, se marca, se autoriza, se não autoriza, o padrão é o mesmo e quem sofre é o doente;

Acabe-se com o sofrimento e humilhação dos doentes que vão há uma e duas da manhã tomar vez, para terem uma consulta de apoio no Centro de Saúde de Angra – não há necessidade disto, Sr. Secretário, isto pode-se acabar imediatamente e estamos disponíveis para colaborar;

Extermine-se a lista vergonhosa e discriminatória para marcação de consulta, no Serviço de Estomatologia do Hospital de Angra, caso único na Região e no País. Também não custa! Se na altura fazia algum sentido ter essa lista, hoje o Sr. Secretário concordará que não faz nenhum sentido. É acabar com ela, porque é disso que os doentes precisam.

Queremos afirmar, antes de terminar e com toda a sinceridade, que não nos opomos a que se gaste milhões na saúde, desde que sejam bem aplicados; o que não queremos e jamais aceitaremos, é que os doentes andem aos trambolhões.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(\*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na altura da minha intervenção, com certeza terei toda a oportunidade em esclarecer todas estas situações.

Muito obrigado.

**Presidente:** Vamos fazer o nosso intervalo e regressamos às 18 horas.

*Eram 17 horas e 30 minutos.*

**Presidente:** Vamos retomar os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 10 minutos.*

Antes de passarmos à próxima intervenção, passo a anunciar os tempos ainda disponíveis:

CDS/PP – 49 minutos

Deputado Independente – 1 minuto

PS – 277 minutos

PSD – 182 minutos

Governo – 268 minutos

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente.

**Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente** (*Carlos Corvelo*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Os Fundos Comunitários são uma parcela relevante do financiamento da política regional de desenvolvimento e, por conseguinte, indissociáveis dos documentos que estamos aqui hoje a discutir, o Orçamento e o Plano Regional Anual.

Esses fundos são matéria relevante em termos do Plano e do Orçamento da Região, porque asseguram um fluxo regular de entrada de meios financeiros, importantes no financiamento da despesa de investimento da administração pública regional, da administração local, do sector empresarial público e do sector privado, este último de forma indirecta através das ajudas de Estado concedidas pelas linhas de incentivo ao desenvolvimento das actividades privadas.

O próximo exercício orçamental e a execução do Plano Regional contém ainda um elemento adicional, em relação aos anos anteriores: a transição entre períodos de programação de fundos estruturais europeus. Esta passagem implicará a sobreposição entre o progressivo encerramento do terceiro Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006, que para efeitos de conclusão de todos os procedimentos regulamentares se poderá estender até 2008, e o arranque do novo período de programação, que terá início em 2007 e se estenderá até 2013.

Quanto à execução do actual Quadro Comunitário de Apoios, o principal programa com co-financiamento comunitário em vigor na Região, o PRODESA, com uma dotação de mais de 905 milhões de euros de participação comunitária e mais de 1,2 mil milhões de euros de despesa de investimento público, está globalmente comprometido, ou seja, existe uma carteira de projectos aprovados que esgota a dotação financeira, apresentando uma taxa de realização – estamos a falar de obra e despesa efectivamente realizada e paga – de cerca de 82% da programação, o que nos permite verificar que, no âmbito do QCA III, o PRODESA é o programa regional com melhor execução e que melhor utilizou, a nível nacional, os fundos estruturais comunitários.

Mas mais importante que a mera monitoragem financeira do programa foi a capacidade demonstrada em receber reforços financeiros sucessivos, face não só da taxa de execução evidenciada, mas também à avaliação favorável realizada por entidades independentes, seleccionadas em concurso público internacional,

que concluíram, em sede de avaliação intercalar do quadro comunitário de apoio, pela pertinência da estratégia associada e pela justeza e oportunidade dos reforços financeiros obtidos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Foi ainda no actual Quadro Comunitário de Apoio que, pela primeira vez a Região acedeu ao Fundo de Coesão. Apesar deste fundo comunitário estar disponível após o tratado de Maastricht, no início dos anos noventa, só com a entrada em funções do primeiro Governo Socialista foi possível negociar e obter uma quota para os investimentos regionais, ultrapassando as indefinições e hesitações anteriores e excedências à Madeira. Essa quota foi rapidamente reforçada, dos iniciais 30 milhões de euros de comparticipação comunitária (15 milhões para ambiente e os outros 15 para a área dos transportes), para perto de 86 milhões de euros, repartidos pelos aterros sanitários de S. Miguel, Terceira e Pico, os portos da Praia da Vitória e de S. Roque do Pico, a aerogare das Lajes, na Terceira, e mais recentemente as Portas do Mar em Ponta Delgada.

Através de negociação com as autoridades nacionais obtivemos ainda espaço e disponibilidades financeiras para o apoio ao investimento privado na Região, em programas de âmbito nacional, em complemento das linhas específicas dos apoios de base regional. O montante de perto de 500 milhões de euros de investimento privado apresentado, no âmbito destes fundos, é eloquente da pujança demonstrada pela iniciativa privada da Região que, afinal, estava apenas entorpecida e sem estímulo durante o período anterior do processo autonómico.

Ainda neste período de programação, a Região participou nas iniciativas com origem na Comissão Europeia.

Com efeito só para mencionar as principais, destacamos pelo impacte positivo na internacionalização das actividades económicas e pelas parcerias estabelecidas entre os agentes, o INTERREG 3B, Açores, Canárias e Madeira, com mais 157 projectos aprovados. Na áreas da inovação, através de um programa apoiado pelo FEDER, a Região preparou e viu aprovado, em competição com propostas de diversas regiões europeias, um programa, o PRAI-Açores, com intervenções nos domínios das energias renováveis, promovidos por investigadores da

Universidade dos Açores e pela EDA, da Cultura, onde se destaca o equipamento do Centro do Conhecimento em Angra do Heroísmo, e pela iniciativa empresarial, estes últimos da responsabilidade das Câmaras de Comércio de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo. O Programa de Desenvolvimento Rural e a iniciativa LEADER, com múltiplas intervenções no âmbito da promoção de actividades rurais, apresentam elevados níveis de desempenho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O reconhecimento do sucesso da aplicação dos fundos comunitários nos Açores excede a mera percepção da capacidade de absorção de recursos financeiros, estendendo-se no plano da pertinência da estratégia de desenvolvimento adoptada e à acção desencadeada.

Com efeito, foi com uma política de rigor na afectação dos recursos financeiros, incluindo os comunitários, e sem subterfúgios contabilísticos, que o crescimento da geração de riqueza permitiu que os Açores deixassem de ser a região mais pobre do país e das mais atrasadas a nível das regiões europeias, situação que encontramos aquando do início do ciclo do governo socialista. Isto não é falar do antes, é reconhecer o que nos deixaram.

Após decénios de perda de população nos Açores, conseguimos estabilizar o fluxo de recursos humanos e tornar-nos, inclusivamente, uma região relativamente atractiva, só possível com a animação económica e a criação de postos de trabalho (mais do 12 mil nestes últimos anos).

Este novo quadro, os progressos alcançados, o exemplo em que nos tornámos implicam, como é natural, uma visibilidade e responsabilidade acrescidas na preparação do próximo ciclo de programação 2007-2013.

Nesse particular permitam-me afirmar que estamos prontos e preparados.

- A estratégia e as grandes linhas de orientação da programação 2007/2013 estão definidas.

- As prioridades para a política de coesão europeia emanadas da Comissão Europeia, as principais questões das agendas de Lisboa e de Gotemburgo e,



principalmente, a articulação com a política do Governo Regional estão bem presentes nos instrumentos de programação que preparamos.

- Continuamos a auscultar os sectores e os seus representantes.
- Apresentámos as grandes linhas de intervenção ao Conselho de Concertação Estratégica e solicitamos contributos e opiniões.
- Trabalhámos com uma entidade independente na avaliação dos impactes e na estruturação da programação.
- Negociámos com o Governo da República a afectação de meios financeiros, o que significou um acréscimo significativo em relação ao período anterior.
- Acordámos a concentração de meios na programação regional, anteriormente dispersa em alguns programas nacionais.
- Vamos potenciar e desenvolver parcerias com os principais actores regionais. A Universidade dos Açores será parte integrante deste novo período. A ciência, a tecnologia, o empreendedorismo e a inovação serão apostas reforçadas. Iremos duplicar os recursos para o emprego e a formação profissional. As empresas encontrarão um leque variado de incentivos e apoios ao investimento, participando na sua concepção.
- Está já definido um novo modelo de governação e de monitoragem dos instrumentos de programação, onde reforçamos as componentes política e estratégica do acompanhamento da execução dos programas e dos fundos.

O sistema de planeamento regional está preparado para acolher as alterações que o novo período de programação implica.

A sobreposição entre períodos de programação, a concentração de todos os apoios a conceder no próximo período de programação e a monitoragem estratégica das novas candidaturas pelos diversos departamentos governamentais estão devidamente acautelados nesta proposta de Plano Regional para 2007.

Com efeito, a dotação do Plano Regional, no respectivo capítulo 40 em matéria de fundos estruturais, apresenta um aumento significativo em relação ao actual Plano de 2006, distribuindo-se pelos programas que irão acolher os projectos de investimento a integrar os novos de instrumentos de programação com participação comunitária.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que repita: estamos prontos e preparados para o novo período de programação e as metas a que nos propomos são ambiciosas:

- Queremos convergir com a média europeia, em termos de indicadores de desenvolvimento;
- Queremos continuar a ter as mais baixas taxas de desemprego;
- Queremos continuar a subir no *ranking* dos níveis de desenvolvimento das regiões europeias;
- Queremos que as nossas empresas sejam mais competitivas;
- Queremos fomentar a construção de uma sociedade do conhecimento, valorizando os nossos recursos humanos;
- Queremos que o nosso território disponha de condições para a fixação das empresas e das famílias;
- Queremos também, e sobretudo, que a aplicação dos fundos comunitários, em particular, e dos recursos financeiros públicos, em geral, reforcem a sustentabilidade do processo de desenvolvimento dos Açores.

Muito obrigado

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Não havendo pedidos de esclarecimento, passamos à próxima intervenção.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

**Deputado Alberto Costa (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Poder Local Democrático, celebra no próximo dia 26 de Novembro, 30 anos, ao serviço do País, da Região e das populações. Cabe aqui, uma homenagem a todos as mulheres e homens, que nas últimas três décadas, nas autarquias, municípios e freguesias, assumiram competências, responsabilidades e com grandes dificuldades, asseguraram o desenvolvimento dos seus concelhos,

criando bem-estar social e aprofundamento cultural, projectando factores de qualificação de vida com a construção de infra-estruturas e equipamentos.

As Autarquias desempenharam um papel fundamental na implantação da democracia, e a Região, tal como a conhecemos, não seria certamente a mesma sem o Poder Local. Foi graças às Autarquias Locais, em especial aos Municípios, que coube grande parte da responsabilidade de construção de muitas infra-estruturas básicas essenciais aos cidadãos.

Os resultados práticos são visíveis, as pessoas vivem melhor, os equipamentos multiplicaram-se e a Região ficou, seguramente mais coesa.

Mas, estamos num tempo de mudança.

Agora já não basta ir buscar dinheiro aos fundos comunitários, às transferências orçamentais do Estado, ao endividamento, e continuar a construir.

O modelo autárquico destes 30 anos está a mudar rapidamente.

Em termos de balanço, como em tudo, houve coisas que correram bem e outras que não terão corrido tão bem. Mas globalmente o balanço tem de ser considerado como muito positivo. O Poder Local é essencial ao desenvolvimento sustentado da Região. Assim foi e assim será, cada vez mais.

Neste capítulo, há que ter sempre em conta a existência da nossa especificidade, e da existência de um patamar intermédio de poder, derivado da nossa condição de Região Autónoma.

No presente colocam-se às Autarquias, novos problemas e desafios de natureza económica, de competitividade e de coesão social.

Neste contexto, e com o objectivo de retomarmos o ritmo de desenvolvimento económico indispensável ao progresso e bem-estar que tanto ambicionamos, será necessário a existência de cooperação entre as instituições, os órgãos de soberania e o seu relacionamento com os cidadãos, de forma a concretizar o desígnio de uns Açores mais desenvolvidos e mais coesos.

Estou convicto de esta tarefa será possível num trabalho estreito entre a Região e as Autarquias em prol da nossa população.

Por esse motivo será importante a existência de concertação política nos próximos anos. Concertação para a modernização e para um futuro melhor para

os Açores. Concertação, para que em primeiro lugar, sejamos capazes de responder aos novos desafios com que os Açores estão confrontados e, são muitos os desafios, que resultam das necessidades que a nossa Região ainda se defronta.

A Região mudou nos últimos anos. Uma resposta, às novas necessidades, pressupõe a existência de uma geração de novas políticas, numa certeza que se há desafio que é absolutamente evidente, e que se impõe com clareza a qualquer espírito, é que tem que ser feitas as reformas e a modernização, para podermos dar condições aos nossos concidadãos equivalentes no mínimo ao resto do País.

Naturalmente, isto é uma tarefa para toda a Região. E, sendo uma tarefa da Região, isso exige, isso impõe, uma concertação estratégica entre Governo Regional, Câmaras Municipais e toda a sociedade açoriana.

Os Autarcas eleitos há cerca de um ano, depois das últimas eleições autárquicas, têm, um horizonte pela frente de um mandato de três anos.

É necessário criar-se um ambiente que convide à iniciativa, à inovação, ao risco, que convide ao espírito empreendedor. É aqui que temos que lutar. E há espaço para todos. Há espaço para uma cooperação, ao nível dos diferentes projectos entre o Governo e as Câmaras Municipais.

Compete, ao Governo Regional, marcar o rumo, marcar a orientação, definir um caminho que possa levar os Açores, a um desenvolvimento compatível com as nossas aspirações, devendo as Autarquias serem parceiros dessa tarefa.

Mas a verdade é que a Região precisa de se preparar, também, para enfrentar os desafios e as exigências, que o novo Quadro de Referência Estratégico Nacional, coloca aos Açores.

Será uma oportunidade que não pode ser perdida. E nesta área os Autarcas têm uma palavra importante no que diz respeito à gestão dos próximos fundos comunitários, e que será, concentração nos programas e, também, selectividade nos investimentos.

Em primeiro lugar, os programas têm que ser mais concentrados para terem possibilidades de serem bem geridos e, também a concentração de recursos deve ser dirigida àqueles projectos que façam mudar, que tenham um impacto

significativo na economia e no bem-estar dos Açores. É por isso que temos que ser mais exigentes na selectividade destes projectos.

Para esta tarefa, deverão os Autarcas participarem conjuntamente com o Governo, na definição deste modelo de gestão, tão importante para os próximos sete anos nos Açores.

É necessário que exista acordo, entre o Governo e as Autarquias, e que se possa conduzir o Quadro de Referência Estratégico Nacional, de forma a que este seja verdadeiramente uma alavanca para a modernização infraestrutural, assim como para a modernização nos capítulos da qualificação, tecnologia e da inovação.

E que não haja a mínima dúvida: é preciso, neste momento nos Açores, um consenso sobre esta matéria.

A prioridade dos recursos públicos nos Açores, de origem nacional ou de origem comunitária deve ser: a aposta na qualificação dos Açorianos, na difusão tecnológica e na inovação.

São estas as prioridades que devemos assumir. A prioridade, da modernização tecnológica da nossa Região e da preparação dos Açores para poder competir com os melhores, e junto dos mercados de maior exigência.

Sem uma política autárquica forte, não se conseguirá reduzir as assimetrias concelhias, que vão continuar a permitir que se continue a “exportar” os nossos jovens, que vão engrossar o contingente que vive, ou sobrevive, tantas vezes sem qualidade nos concelhos mais desenvolvidos.

Através do desenvolvimento sustentado será possível vencer e ultrapassar os desafios que actualmente nos são colocados, uma vez que a subsistência de assimetrias internas enfraquece fortemente o desenvolvimento regional.

O novo paradigma deve ser o do desenvolvimento sustentado, com maior confiança nas pessoas, maior confiança nas empresas, maior confiança na iniciativa.

Só assim se pode dinamizar a nossa economia e criar melhor ambiente para a iniciativa, para o empreendedorismo e para a actividade das empresas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos últimos 50 anos, os Açores perderam 26,2% da sua população residente, sendo nas denominadas ilhas da coesão, que se verificaram as maiores perdas de população nesse período, sendo a ilha de Santa Maria a que sofreu a maior quebra demográfica, cerca de 57% da sua população.

Esta constatação, alerta-nos para a necessidade de se continuar nesta ilha, a apostar na diversificação económica, na produtividade e na qualidade, considerando o desenvolvimento do turismo um instrumento impulsionador do crescimento sustentado.

A pouco e pouco, Santa Maria começa a encontrar novos rumos para o seu desenvolvimento, integrando, claramente, o impulso investidor no sector turístico que foi incrementado pelo Governo Regional nestes últimos anos.

Presentemente a ilha conta com duas novas e modernas unidades hoteleiras, o que corresponde a cerca de 400 camas em funcionamento.

Esta oferta hoteleira, constitui-se como uma mais valia, encontrando-se preenchida na época do Verão, contribuindo para as restantes actividades económicas em geral. A questão e o desafio, aqui como em outras ilhas, é a sua ocupação nos restantes períodos, sendo fundamental a promoção e animação turística.

Para o efeito, é fundamental que se promova turisticamente a ilha de Santa Maria, sendo uma tarefa que cabe a todos, aos Marienses, à Autarquia, ao Governo Regional e, sobretudo, aos que estão ligados ao sector turístico.

Eventos como a Maré de Agosto e o Rally entre outros, são importantes, na promoção turística local e até dos Açores. Mas há que apostar na proximidade de Santa Maria face à ilha de S. Miguel.

Há que, dinamizar o aparecimento de actividades económicas locais de animação turística que, assentes em micro e pequenas empresas, desenvolvam actividades e serviços de animação que tenham um forte impacto no turismo.

Apesar, do grande esforço que o Governo Regional tem vindo a desenvolver, relativamente à criação de condições que promovam o investimento na ilha de Santa Maria, desde logo integrando-a nas denominadas ilhas de coesão, e a criação de uma série de majorações de apoio ao investimento, julgo que será

necessário, se proceder a um estudo de utilização das infra-estruturas de que a ilha dispõe, visando a sua promoção, e captação de investimento externo, através da Agência de Promoção do Investimento nos Açores (APIA).

Só assim se conseguirá fixar nesta ilha as pessoas e os serviços, tal como será muito positiva a instalação na ilha de um Centro Europeu de Lançamento de Satélites e da empresa Edisoft, especializada em sistemas de engenharia de alta tecnologia.

No campo das infra-estruturas realça-se, também, dois projectos importantes. Um, já iniciado, o núcleo de recreio náutico, que irá criar cerca de 120 lugares de amarração, contribuindo para a oferta na área turística marítima.

Outra infra-estrutura importante para aumentar o fluxo de turistas, principalmente na época baixa, será certamente a construção de um campo de golfe, processo já iniciado.

Trata-se de um desafio que, nos próximos anos, exigirá a cooperação de diversas entidades, nomeadamente dos privados que estão a investir em Santa Maria, como, naturalmente, do Poder Local e Regional.

Relativamente ao Aeroporto de Santa Maria e Centro de Controlo Oceânico, vivem-se momentos de incerteza em relação ao futuro.

A ANA SA, entidade gestora do Aeroporto, encontra-se em processo de privatização, existindo no presente, um grupo de trabalho, que tem reunido com o objectivo de definir um modelo de gestão para os Aeroportos dos Açores, e consequentemente para o Aeroporto de Santa Maria.

Esta situação mereceu recentemente a atenção, do Sr. Presidente do Governo, que afirmou, “que as autoridades regionais seguem com todo o cuidado e empenhamento o processo de privatização da ANA-SA, na defesa dos Açores”.

Do mesmo modo, no que concerne ao Controlo de Tráfego Aéreo, no 7º Encontro de Controladores de Tráfego Aéreo, realizado em Lisboa no mês de Abril, foi abordado o tema “O Futuro do Centro de Controlo Oceânico de Santa Maria de Santa Maria”.

Nas conclusões, afirma-se que o objectivo da ICAO, é reduzir as Áreas de Controlo Oceânicas (Flight Information Region's) (FIR's). Diz-se ainda, que

relativamente às Regiões aonde as Áreas de Controlo Oceânicas correspondem, mais ou menos, às fronteiras dos países, que a redução do seu número não será muito fácil de concretizar, já que choca com conceitos políticos que todos os países defendem, por exemplo, a política de defesa e a soberania nacional.

Mas no Atlântico Norte, onde a esmagadora maioria do espaço é delegado, não sendo, portanto, pertença de nenhum país, a redução das Áreas de Controlo Oceânicas, torna-se mais fácil de concretizar.

Neste imenso espaço existem, basicamente, prestadores de cinco países – USA, Canadá, Grã-Bretanha, Islândia e Portugal – não sendo crível, dado o respectivo peso político e económico, que a redução se faça à custa dos três primeiros, a não ser que eles próprios estivessem nisso interessados, o que não é o caso.

Assim, a possibilidade da eventual redução de Áreas de Controlo Oceânicas no Atlântico Norte ser feita à custa de Santa Maria é um perigo real.

As consequências para o país, resultariam da inevitável perda de prestígio e influência a nível internacional no sector da navegação aérea e na aviação em geral, para a ilha de Santa Maria, seria a do desaparecimento de um dos maiores empregadores, e que contribui com um peso económico determinante, para as restantes actividades económicas, comércio, etc.

Como é perceptível, os dois casos atrás expostos, propugnam uma situação de preocupação para a débil economia mariense, atendendo a que, na ilha não existem indústrias, o sector primário não ter grande peso, e só restar o sector ligado aos serviços.

Esta situação a acontecer, levará a que, as empresas sedeadas em Santa Maria, ligadas ao sector da aviação, estão para esta ilha, como as diversas fábricas e indústrias, que tem vindo a encerrar em diversos concelhos do Continente, e que merecem a preocupação e intervenção do Governo da República.

A renovação da esperança para os marienses, contrariando a tendência regressiva de há alguns anos atrás, tem que continuar. É necessário que todos trabalhem nesse sentido, conquistando, passo a passo, o grau de desenvolvimento económico e social que ambicionamos e temos direito, em Santa Maria como nas outras ilhas dos Açores.



Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve nota a esta intervenção do colega Deputado Alberto Costa, para o saudar.

Quero destacar a sua humildade e reconhecer o seu saber feito de experiência no trabalho que realizou como autarca. Destaco a referência que fez às autarquias dos Açores, como agentes de desenvolvimento e de investimento público nesta Região.

Numa altura em que saudamos o 30º aniversário do Poder Local Democrático, ficou-lhe bem desautorizar o Governo Regional quanto ao seu egocentrismo do investimento público feito nesta Região.

As autarquias foram, de facto, tal como os privados, agentes do investimento em todas as nossas ilhas e em todos os nossos concelhos e o senhor, e bem, aqui recordou, desautorizando com a verdade aquele egocentrismo que o Governo Regional até agora apresentou, como dono e senhor exclusivo do investimento público na Região Autónoma dos Açores, particularmente a partir de 1996.

Ficou-lhe bem, nesta altura de aniversário do Poder Local, fazer esta referência e repor a verdade dos agentes do crescimento e do investimento público e privado na Região Autónoma dos Açores, que não se resume, portanto, exclusivamente ao Governo Regional.

Fica, por isso, a minha saudação.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

(\*) **Deputado Alberto Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero agradecer ao Sr. Deputado Bolieiro as palavras que me dirigiu no que se refere ao Poder Local e lembrar que a minha intervenção não desautoriza ninguém. Pelo contrário, enfatiza as duas instituições no trabalho que têm feito pelos Açores.

Digo numa das passagens que quem dirige e faz a coordenação da política dos Açores é o Governo e não as autarquias.

Evidentemente que isso foi dito e foi bem constatado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Fernando Gomes.

**Deputado José Fernando Gomes (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Orçamento e Plano do Governo para o ano de 2007, apresenta-nos, a nível da ilha Terceira, algumas obras novas, com as quais nos congratulamos, mas, acima de tudo, apresenta-nos muitas obras que vêm sendo repetidas ao longo destes anos, sem que as mesmas sejam executadas.

Por isso, desconfiamos, mais uma vez, do discurso já cansado de tantos milhões de euros e do Orçamento maior de sempre, sabendo-se e já se tendo constatado que da teoria à prática vai uma distância enorme.

É isso que sentem os terceirenses quando vêm as obras anunciadas repetirem-se de ano para ano. E, aquelas que são executadas normalmente são remendos do já existente, gastando-se com isso milhões, mal gastos, e perdendo-se oportunidades únicas de investimento de qualidade.

Para um Plano que apresenta de investimento público uma verba de 151,7 milhões de euros como investimento não desagregado, quase 25% do total, torna-se muito difícil fazer uma análise rigorosa por ilha.

Contudo, face aos elementos que temos disponíveis, verificamos que, em termos globais, o investimento para a Terceira representa apenas cerca de 18,8% do total da Região, relação idêntica à do ano anterior.

Tudo aponta para uma política de continuidade e de repetição de valores ao longo dos anos, alguns deles desde 1997.

Mas, analisemos mais em pormenor, algumas das propostas:

- Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, em 1997 previa-se o início da obra e agora para 2007, 10 anos depois, inscreve-se nesta obra o valor de apenas 400.000 euros que será, certamente, apenas para o projecto;

- A construção da EB 2,3 Francisco Drumond, depois de já várias vezes prometida, volta novamente a ser prometida para 2007.

- A EB 2,3 do Ramo Grande prometida em 2000 e também mais recentemente em 2006, agora, para 2007, pura e simplesmente desaparece. Por incrível que pareça não há qualquer referência à mesma!

- A obra do novo hospital da ilha Terceira, já várias vezes prometido e sempre adiado, surge agora com uma verba do Plano de apenas 2 milhões de euros.

Esperamos que de promessa em promessa um dia a obra seja uma realidade.

- O Parque de exposições da ilha Terceira em que o projecto foi apresentado em Maio de 2004 com cerca de 10 milhões de euros, surge agora, cerca de 3 anos depois, com 3 milhões de euros.

Esperamos que desta vez seja mesmo a sério e que o valor orçamentado seja suficiente para tal.

- A construção do novo Quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo, depois de em 2006 ter sido dotado com 250.000 euros, surge agora com uma verba irrisória de 200.000 euros.

Naturalmente que esta é mais uma das muitas obras adiadas.

- O antigo hospital da Boa Nova tem uma verba insignificante de 50.000 euros, que naturalmente não dá para fazer nada.

- A gare marítima de passageiros do Porto da Praia desaparece. Pelo menos não vemos qualquer referência explícita a esta obra, como no passado, tão importante para a ilha Terceira e tantas vezes prometida e sempre adiada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há dez anos que os terceirenses esperam por tantas das obras agora anunciadas.

Pergunta-se, por quantos mais anos vamos continuar à espera?

A Terceira ficou a marcar passo durante 10 anos e os investimentos que se pretende levar a cabo agora, já deveriam ter sido realizados, de tal forma que

agora já deveríamos estar a discutir outro patamar de investimentos, o que significa, para todos os efeitos, que a Terceira perdeu 10 anos do seu desenvolvimento.

Não obstante mais uma vez este Plano de Investimentos para 2007, apresentar alguns milhões para a ilha Terceira, a par dos milhões apresentados em anos anteriores, o facto é que tais milhões não se têm repercutido na qualidade de vida dos terceirenses.

Não tem havido investimento reprodutivo, ou seja, o investimento não tem contribuído para o desenvolvimento da ilha Terceira. Por conseguinte, não tem havido quaisquer resultados práticos na vida das pessoas.

O turismo na Terceira tem decrescido e os investidores privados retraem-se, adiando e até mesmo desistindo de investimentos neste sector.

Os utentes do SRS, na ilha Terceira, desesperam cada vez mais, pelas dificuldades constantes de obtenção de médico de família e pelas longas listas de espera, nomeadamente nas áreas cirúrgicas.

O emprego é cada vez mais difícil, assistindo-se, inclusive, a inúmeros licenciados que abandonam a sua ilha e outros que concorrem para lugares administrativos, como desespero de causa.

Assiste-se a um número crescente de problemas psicológicos e do foro psíquico, decorrentes de dificuldades económicas e sociais.

O rendimento de inserção social continua a abranger um número percentual elevado de famílias em relação ao total de cidadãos da ilha Terceira.

Na educação assistimos a escolas sobrelotadas, com condições por vezes antipedagógicas, nomeadamente na escola Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade, com 2.523 alunos, quando a referida escola foi programada para albergar no máximo apenas 1.200 alunos.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** O comércio tradicional enfrenta, dia após dia, grandes dificuldades com consequências negativas a nível do emprego e a competitividade das nossas pequenas e médias empresas continua baixa e, portanto, muito aquém do que seria desejável.

Por outro lado, infelizmente verificamos que projectos estruturantes e fundamentais para a ilha Terceira são pura e simplesmente esquecidos nesta proposta de Plano para 2007.

Não vemos nesta proposta uma única referência ao projecto geotérmico da ilha Terceira, nem ao projecto de Hidrogénio do Laboratório de Ambiente Marinho e Tecnológico da Universidade dos Açores.

Numa Região como a nossa, distante dos grandes centros e com óbvios custos acrescidos derivados da insularidade a que estamos sujeitos, pela nossa posição geográfica, toda a aposta nas energias renováveis seria, sem dúvida, um investimento altamente reprodutivo e fundamental para a nossa economia.

Este Governo não demonstra qualquer visão estratégica no sector energético, desprezando-o até, e negando o desenvolvimento económico dos Açores.

Não tenhamos qualquer dúvida de que a Europa caracterizar-se-á no futuro por um significativo crescimento do aproveitamento das fontes de energia renovável e pela implementação de medidas no domínio da eficiência energética.

Assim preconiza a campanha “Sustainable Energy Europe 2005-2008”, da qual os Açores ficaram de fora, com objectivos comunitários muito precisos nos domínios das energias renováveis, eficiência energética, transportes limpos e combustíveis alternativos.

Estamos convictos de que os Açores, em face dos seus recursos naturais abundantes, tem todas as condições para se tornar auto-suficiente em termos de produção e consumo de energias renováveis e, quiçá, até vir a ser exportador dessas mesmas energias, contrariando a sua situação actual de dependência face ao exterior.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Temos o fundamental: recursos naturais abundantes; *know-how* científico e iniciativa privada disposta a investir.

A nossa Região poderia vir a ser uma Região totalmente verde, utilizando energias não poluentes, auto-suficiente e desenvolvida economicamente.

Todos ganharíamos com isso, os consumidores, as empresas e fundamentalmente o Ambiente.

Assim houvesse vontade e coragem dos responsáveis políticos para dotarem o Plano com verbas muito significativas nestas áreas, demonstrando uma aposta séria e clara numa estratégia desta natureza.

Infelizmente não é o que constatamos neste Plano.

E, mais uma vez esta Região, que podia estar na dianteira, a par e passo com outras Regiões mais desenvolvidas, fica irremediavelmente, com este Plano, relegada para último plano.

Tudo isto acontece porque temos um Governo que resume toda a sua actividade política a apregoar milhões, a contabilizar quilómetros de estrada e a contar metros quadrados de betão, como se a vida das pessoas se resumisse apenas a isso.

Disse.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar Lima.

(\*) **Deputado José Gaspar Lima (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** É para dizer que está de acordo!

**O Orador:** Não, não estou de acordo e vou-lhe dizer porquê. Porque as obras que o Sr. Deputado José Fernando Gomes veio aqui anunciar que estavam atrasadas, não estão. Atrasados estivemos nós 20 anos à espera das obras que os senhores anunciaram para lá.

Mais: 20 anos levaram os senhores a construir uma via rápida que vamos ter que investir agora 5 milhões para rectificar todas as asneiras que os senhores fizeram lá.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Levaram 20 anos a construir obras na Terceira sem pé nem cabeça.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** Construíram portos, que no lugar de serem portos de pescas, foram cemitérios!

**Deputado José Fernando Gomes (PSD):** O senhor não sabe o que é que está a dizer!

**O Orador:** Não sei o que é que estou a dizer?

O senhor é discreto sozinho. Bem bom. O senhor tem a mania que é discreto!

A gare marítima da Praia da Vitória, Sr. Deputado, está a ser feita e será concluída em Maio do ano que vem, se Deus quiser.

O parque de exposições da Ilha Terceira, está no papel e será feito durante este mandato que há-de terminar em 2008.

E todas essas obras que o senhor enunciou esperamos por elas.

Quando chegarmos ao fim, os nossos terceirenses estarão lá para nos julgar.

Muito obrigado.

**Deputado José Fernando Gomes (PSD):** Vamos esperar sentados!

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

**Deputado Osório Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Tendo em conta o que se apresenta em discussão nesta sessão legislativa, o Plano Regional Anual para 2007, caracteriza-se pelo rigor e credibilidade, características essenciais de um documento que informa a estratégia do Governo Regional do Partido Socialista, de acordo com o seu IX Programa de Governo, sufragado a 17 de Outubro de 2004, pela larga maioria dos açorianos, tendo como base o reforço do desenvolvimento harmónico da Região Autónoma dos Açores.

No que concerne em particular à ilha Terceira, constata-se de forma clara e inequívoca, que a nossa ilha vive hoje uma nova realidade no seu quotidiano económico-social, e cultural, fruto essencialmente, de um reforço, que desde 1997 a esta parte, tem vindo a ser desencadeado pela acção política do Governo Regional, como se pode constatar no documento em apreço.

Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Nós socialistas congratulamo-nos por constatar que o Plano Regional Anual para 2007, dá continuidade a uma estratégia bem definida para as políticas de investimentos a implementar na Ilha Terceira. Verificando-se um claro reforço e aperfeiçoamento na acção governativa, tal facto está consagrado no plano pelas verbas inscritas nos investimentos desagregados, que ronda os 20% o peso total da Ilha Terceira, sem contabilizarmos as verbas extra plano, continuamos a defender a implementação dos compromissos eleitorais bem como dar respostas rápidas e eficazes às necessidades e anseios dos cidadãos, reforçando sempre que necessário às políticas na sua acção. Como seja as políticas de habitação, estradas, aeroporto, portos, educação, administração pública, agricultura, juventude/desporto, emprego, ambiente, turismo, políticas económico-sociais, entre muitas outras.

Podemos então concluir que o Plano Regional Anual em apreço vá ao encontro do que está consagrado no programa de governo, onde o mesmo apresenta medidas e objectivos que visam continuar, a inovar e criar novos pilares em sectores de extrema importância para o desenvolvimento da Ilha Terceira, através da implementação de políticas de reforço que permita termos uma sociedade mais activa e modernizada.

Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sendo de igual modo importante referir e passados 10 anos de Governação Socialista, o estado em que se encontrava a Região em particular a Ilha Terceira, durante os 20 anos de Governos PPD/PSD, que culminaram em 1996, aquando da primeira vitória do Partido Socialista na Legislativas Regionais. Numa breve retro perspectiva verificamos que a Terceira encontrava-se num estado de previsível desprezo, abandono e de falta de existência de políticas concertadas que permitissem impulsionar os mais diversos vectores socio-económicos da Ilha Terceira.



Contrariamente ao que é dito pelo PPD/PSD Terceira, cada vez mais vivemos numa região e no caso em particular numa ilha, caracterizada pela existência de políticas concertadas que visam dar continuidade ao rumo do seu progresso. Esta realidade é verificada por exemplo pelos actuais investimentos que se encontram em execução nos dois concelhos, em diversos sectores, de grande importância para a actividade económico-social. Prova disso são os que constam no actual, passando a caracterizar os seguintes investimentos:

**No âmbito da Presidência:**

- Esta já localizado o espaço para a construção da nova Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, que será nas mediações do actual edifício onde se encontra instalado a Direcção Regional da Cultura, no Palácio Silveira e Paulo. Estando a decorrer o processo de elaboração do projecto, e prevendo-se o seu início nesta legislatura, tendo a mesma uma rubrica no plano de 400.000 mil euros;

**No âmbito da Secretaria Regional da Economia:**

- Aerogare Civil das Lajes, esta obra encontra-se em fase de conclusão da segunda fase, estando a decorrer o concurso para a execução da terceira e ultima fase, orçada em 18 milhões de euros;

- Porto da Praia da Vitória, recuperação, ampliação, construção da gare de passageiros e reordenamento. Esta encontra-se em bom ritmo, estando previsto a conclusão da gare no mês de Maio de 2007, sendo de igual modo concluído toda a obra do porto no próximo ano, orçado em 27 milhões de euros, e encontrando-se de igual modo em bom ritmo a construção do parque de combustíveis;

- Estando a decorrer a requalificação do clube de golfe da Ilha Terceira, com apoios no valor de 1,3 milhões de euros;

- Em execução, Plano Estratégico de Animação Turística para a Ilha Terceira, pela Associação Regional do Turismo, financiado em 700 mil euros, o mesmo continuará a ser apoiado pelo Governo Regional, dada a sua importância para a promoção turística da mesma;

- Estando a decorrer a bom ritmo a construção do novo Hotel dos Franceses na Serretinha;

- Este mesmo plano consagra uma verba no valor de 2.200.000 mil euros, para a remodelação e ampliação da Marginal e Parque Turístico e Ambiental do Paul, no Concelho da Praia da Vitória;
- Requalificação do Porto das Pipas, estando prevista a sua conclusão para o mês de Dezembro do corrente ano, orçada em 6 milhões de euros;
- No que diz respeito à Geotermia, encontra em execução desde o passado dia 6 de Novembro, a abertura de dois novos poços de avaliação, de modo a permitir uma avaliação da força energética. O mesma terá a sua conclusão em meados do próximo ano, sendo de seguida elaborado um estudo de viabilidade económica, que possivelmente estará concluído em Julho do mesmo ano, procedendo-se de seguida à decisão de localização para a construção da central geotérmica, e verificando-se que a sua programação está a ser cumprida, que terá a sua conclusão em 2009. O valor deste investimento ronda os 37 milhões de euros;

**No âmbito da Secretaria Regional da Educação e Ciência:**

- Em curso, encontra-se a construção da Escola de São Carlos, estando prevista a sua conclusão em 2007, orçada em 26 milhões de euros;
- Decorre, a bom ritmo, a segunda fase da construção da nova Escola Francisco Ornelas da Câmara, estando prevista a sua conclusão para 2007, orçada em 14,5 milhões de euros;
- Continuar a apoiar a construção do novo campus da Universidade dos Açores na Ilha Terceira;
- No que se refere à Piscina da Escola Vitorino Nemésio, obra em execução, orçada em 2 milhões de euros;
- No que concerne à Escola Francisco Drumond, já existe projecto, e terá o seu início no próximo ano, sendo contemplado como uma verba de 2.000.000 milhões de euros; no que diz respeito à Escola do Ramo Grande, está-se a prosseguir o seu processo de construção;
- Continuar a apoiar em colaboração com as autarquias, a remodelação ou construção de novas escolas do 1º ciclo;
- Estando a decorrer a construção do Observatório Regional do Ambiente da Ilha Terceira, no valor de 1,4 milhões de euros;

### **No âmbito da Vice-Presidência:**

- Existe já diversos Postos de Atendimento ao Cidadão, nas Freguesias de Posto Santo, e nas Vilas das Lajes e São Sebastião, prevendo-se a curto trecho a abertura de outros nas Freguesias dos Altares e Porto Judeu, entre outras, permitindo desse modo à administração pública Regional uma maior aproximação a cidadãos, bem como, uma maior eficácia na resolução naquilo que são as suas necessidades;

### **No âmbito da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais:**

- Encontra-se em fase de execução a remodelação e ampliação do edifício da creche e jardim-de-infância da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, estando a decorrer a construção das novas instalações do Centro Ocupacional da Associação Cristã da Mocidade, num financiamento total de 2 milhões de euros, estando ainda previsto para o próximo ano o financiamento à remodelação da Creche e jardim de infância da Casa do Povo da Terra-Chã, bem como o apoio à construção de uma nova creche na Praia da Vitória e centro comunitário em Santa Rita. Por último o financiamento no serviço de apoio domiciliário da Vila Nova, no valor total de 575.000 mil euros.

- Apoio na ampliação do Lar D. Pedro V, no concelho da Praia da Vitória, no valor de 150.000 mil euros;

- Estando já definida a localização do novo Hospital de Angra do Heroísmo, existindo grande probabilidade de lançar ainda este ano o concurso público para a concepção construção da nova unidade hospitalar, obra de importância fulcral para a qualidade de vida da população do Grupo Central;

- Encontra-se em execução a reconstrução e adaptação do Claustro Sul do Acolhimento de São Gonçalo, orçado em mais de 3 milhões de euros;

### **No âmbito da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar:**

- Será adquirido no próximo ano uma grua de 20 toneladas para o porto de pescas da Praia da Vitória;

- Foi já lançado o concurso público, estando previsto o seu início no próximo ano a requalificação e ampliação do porto de São Mateus, bem como a construção de casas de aprestos em São Mateus e Porto das Pipas;

- Em 2007, continuar a proceder a acções de formação, como: formação de pescador, arrais de pesca e condutores de motores, bem como continuar a apoiar a renovação da frota;
- Requalificação da orla costeira do Porto Martins, tendo sido já lançado o concurso público para a segunda fase, orçada em 500 mil euros. No próximo ano será iniciado o projecto de protecção da orla costeira na Freguesia do Porto Judeu;
- No próximo ano também será implementado na Delegação da Terceira a ECOTECA, orçado em cerca de 800 mil euros. Proceder-se-á ainda à implementação da Inspeção Regional do Ambiente;
- Estando previsto de igual modo dar-se início ao projecto de requalificação da Ribeira na Freguesia da Ribeirinha, como construir um centro de apoio às furnas de enxofre e Algar do Carvão;

#### **No âmbito da Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos:**

- No que a habitação diz respeito, está em curso a construção de infra-estruturas para a habitação a custos controlados e auto-construção nas freguesias dos Biscoitos, apresentando-se em fase de conclusão a construção de infra-estruturas em São Brás, verificando-se também na Freguesia de São Bento a conclusão da construção de casas a custos controlados. Este investimento está orçado em mais de 800 mil euros, o que totaliza um total de 95 fogos. Está já a decorrer o processo para a requalificação dos bairros da Terra Chã e Bairro de Nossa Senhora de Fátima, mais conhecido por bairro do Joaquim Alves, este último por sua vez terá o seu início no próximo ano;
- Continuar a apoiar de acordo com a nova legislação em vigor, projectos de recuperação de habitação degradada como a aquisição e construção;
- No que concerne à construção do novo quartel de bombeiros de Angra do Heroísmo, o Governo Regional, continua a aguardar por parte da Associação Voluntária de Bombeiros de Angra do Heroísmo o seu pronunciamento, tendo uma verba no Plano de 200 mil euros;

- Ainda no âmbito da protecção Civil, está previsto no próximo ano a aquisição de novas ambulâncias e de autotanques de combate a incêndios, como desenvolver acções direccionados para os idosos e crianças;

**No que concerne às estradas regionais:**

- É constatável por todos os terceirenses os avultados investimentos que o Governo Regional tem em curso, tendo por exemplo as seguintes vias públicas: construção do acesso ao porto da Praia da Vitória, a decorrer a reabilitação da estrada Regional Angra-Praia pelas freguesias, como o ramal de acesso ao Porto Martins, numa extensão de 24 km. Encontra-se em execução a reabilitação do troço da Estrada Regional, entre as Doze Ribeiras/Cabrito/Via rápida, num total de 25 Km, em execução, a reabilitação da Estrada Regional 3-2ª, São Sebastião/Barraca e Canada do Tapete, estando de igual modo previsto no próximo ano o início da construção da Via Vitorino Nemésio Praia-Angra, cujas obras totalizam um valor de 28 milhões de euros.

**No âmbito da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas:**

- Actualmente encontra-se em execução uma série de caminhos agrícolas, principais e secundários como no Paul, Altares/Raminho, Cume/Agualva, no valor de 1,6 milhões de euros, estando igualmente previsto para 2007, a execução de caminhos nas seguintes freguesias: Quatro Ribeiras, Terra Chã, Cinco Ribeiras e nas Freguesias da Agualva e Ribeirinha;

- Em relação ao abastecimento de água à lavoura está em execução a Conduta tapete, ginjal e barraca, encontrando-se na 3ª fase a distribuição das Cinco Ribeiras/Sta. Bárbara, com um custo superior a 2 milhões de euros, continuando-se no próximo ano a alargar a rede de abastecimento de água às explorações agrícolas, nos mais diversos perímetros agrários, como Cinco Ribeiras-Santa Bárbara e Altares-Raminho;

- O projecto do Parque de Exposições da Ilha Terceira, será lançado a concurso público para a sua construção, no início do próximo ano, tendo uma rubrica no valor de 3.000.000 milhões de euros;

- Está igualmente em execução a electrificação Cinco Ribeiras/Santa Bárbara, sala de ordenha na Albelheira e electrificação da ETA e do reservatório lagoa das

Cinco Ribeiras, bem como de duas salas de ordenha nos Altares/Raminho, orçado em 104 mil euros, prevendo-se de igual modo a aprovação de mais projectos que terão a sua execução no próximo ano, permitindo que haja mais electrificação de explorações agrícolas;

- No que concerne à Mata da Esperança, proceder-se-á à elaboração dum projecto que visa a requalificação da mesma.

- Em 2007, será lançado o concurso público para a construção do Laboratório Veterinário na Ilha Terceira, bem como o início da sua execução;

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos anos, a acção governativa, e tendo em conta quer a conjuntura de âmbito regional, quer nacional, terá por vezes eventualmente existido alguma necessidade de contenção em alguns investimentos, dada a existência de outras prioridades, a curto ou médio prazo, na nossa terra. Tal realidade nunca fez com que deixássemos de defender os compromissos assumidos e desejados pelos nossos cidadãos. No entanto, nós não vivemos obcecados pelos números, vivemos, antes, sempre preocupados em defender intransigentemente a perspectiva do cumprimento e dar resposta às necessidades e anseios das açorianas e dos açorianos nas áreas de maior vitalidade.

Pelo plano em discussão podemos concluir que os terceirenses não vivem de promessas, mas sim de certezas. Tal realidade deve-se ao intenso trabalho que o Governo Regional dos Açores tem vindo a desenvolver na sua acção governativa, no caso particular das políticas fundamentais para o nosso desenvolvimento económico, mediante a implementação de políticas estruturantes cujo objectivo é sempre, o de servir os açorianos, de modo a proporcionar-lhes mais e melhores condições de qualidade de vida.

Disse.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(\*) **Deputado António Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Realmente, depois de tanta obra iniciada, se calhar nem valia a pena falar, mas espanta-me que o Sr. Deputado José Fernando Gomes, ex-autarca, tenha trazido um discurso desses.

Reconheço que o senhor fez um bom trabalho na Praia da Vitória. A Praia está muito melhor do que era antes e como sabe certamente nem tudo corre como queremos. Se calhar também teve algumas dificuldade naquilo que pretendia fazer e não conseguiu.

Aliás, começou-se a falar mal aqui desde o princípio do debate. Desde a intervenção do Sr. Deputado António Marinho até agora, tudo está mal, nada está bem.

Realmente há coisas que estão mal. Nós estamos aqui para as pôr bem e os senhores estão aí para falar mal, que pelos visto é aquilo que sabem fazer.

Mas quem julga é o povo, não são os senhores.

Os senhores falam e o povo vota e pelo que temos visto ultimamente o PS continua a subir.

Das duas uma: ou este Governo e esta maioria estão errados, ou o povo está errado!

**Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Estão os dois!

**O Orador:** Basta ver a relação.

Aliás, o senhor ex-Presidente não se candidatou à Câmara Municipal da Praia por razões que desconhecemos e o povo votou no PS. Aqui, há duas razões: ou não acreditou naquilo que o senhor fez ou o que o senhor fez não fez bem; ou a pessoa que concorreu no seu lugar não estava a altura dos acontecimentos.

É a tal questão: os senhores falam mal e o povo vota.

Vou começar pelo turismo, que é um tema que o senhor tanto fala, até fazem requerimentos já a saber como é que esse turismo vai ser feito e ficamos sem saber se querem que haja turismo ou não querem.

Nós sabemos que os dados neste momento, no que se refere ao turismo, são negativos e nós estamos aqui para assumir, para trabalhar e fazer melhor. E os senhores estão sempre a falar mal!

*(Risos da câmara)*

Mas o povo é que decide no final.

Os senhores riem-se, mas eu vou ler todos os dados.

Indo ao desembarque de passageiros na nossa ilha, temos um aumento de 4.3%, o que quer dizer que temos mais passageiros a entrar na Terceira, segundo dados de Setembro deste ano.

A nível de hóspedes na ilha, temos um aumento de 2.6%.

E cá estamos para não fugir à verdade. Esta estatística é igual à do trabalho, e nessa os senhores acham que está bem, porque é negativa, mas no trabalho está mal. É só aquilo que vos convém. Temos que ser sinceros, quer seja numa, quer seja noutra.

Aqui somos sinceros!

As dormidas baixaram 4.5% efectivamente até Setembro, comparativamente ao período do ano passado, mas subiram em Agosto 3% e subiram em Setembro 9.3%.

Agora, vamos aos resultados disto, ou seja, aos proveitos:

Os proveitos não baixaram tanto como as dormidas, ou seja, os proveitos apenas baixaram 2.3%. Os proveitos por aposento, que é onde os senhores dizem que temos menos turistas, baixaram apenas 1.2%.

Os custos com o pessoal em vez de subir, baixaram e o pessoal, na mesma média, baixou 1.6%.

Se quisermos comparar o que se tem feito em 10 anos com o que foi feito em 20 anos, não há igualdade possível. Basta vermos o número de hotéis que tínhamos e os que temos.

Se estivermos mais 10 anos essa diferença será enorme.

O número de camas aumentou significativamente.



Se por acaso tivéssemos menos 2 ou 3 hotéis de 4 estrelas, os senhores criticavam que não temos iguais aos de São Miguel, mas se calhar não tendo esses 2 hotéis tínhamos turismo a mais, mas o que se pretende é criar condições e trabalhar para ter esse turismo.

O Governo está atento e a partir do ano que vem certamente que o turismo melhorará na Terceira. Assim esperamos, para nosso bem e para mal dos senhores! Os senhores, por um lado dizem que querem, mas a verdade é que não querem.

Os senhores o que não querem é que este Governo mostre a obra e o trabalho feito. E é como eu digo, os senhores criticam e o povo vota. E o povo é que decide!

**Presidente:** Sr. Deputado...

**O Orador:** A Terceira marca passo há 10 anos! Cego é aquele que não quer ver! Neste momento, no que se refere às estradas da Terceira, ou seja, o anel à volta da ilha, apenas nos falta o troço da estrada 25 de Abril.

Os senhores lembram-se o que é que fizeram em 20 anos?

Apenas fizeram das Cinco Ribeiras até Santa Barbara.

Quem é que fez tudo o resto?

Em 20 anos, apenas fizeram aquilo.

Este Governo investe, faz tudo isso e está mal?

Cego não é aquele que não vê, é aquele que não quer ver!

Sinceramente!

*(Risos da câmara)*

**Presidente:** Sr. Deputado, eu só queria fazer-lhe uma pergunta:

O senhor vai prosseguir normalmente?

**O Orador:** Eu gostava de prosseguir até amanhã de manhã, se fosse possível.

*(Risos da câmara.)*

*Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

É que aqueles senhores não são capazes de ver sozinhos. Eu tenho que os fazer ver.

**Presidente:** Mas sendo assim, Sr. Deputado, eu tenho que alterar as regras.

**O Orador:** Eu já termino.

**Presidente:** Agradecia que concluísse.

**O Orador:** Sr. Deputado, o quartel dos bombeiros estava inscrito o ano passado e está inscrito este ano. Há vontade do Governo em fazer esta obra, mas é preciso que a direcção do quartel dos bombeiros se mexa e queira fazer alguma coisa. O Governo não pode chegar lá e dizer “estamos aqui para fazer a obra”.

Alguém daquela parte tem que pretender fazer e penso que a secretaria da tutela está preparada, e com muito gosto, para fazer aquela obra.

Todos nós, o Governo e os Deputados do PS, quer dos Açores, quer da Terceira, estamos bastante empenhados nisso.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Trindade.

(\*) **Deputada Fernanda Trindade (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, depois do muito do que se disse aqui acerca do que já foi feito na Terceira, não adianta dizer muito mais.

Com muito respeito que eu tenho pelo Sr. Deputado José Fernando Gomes, não poderia ficar nesta cadeira calada depois de o ouvir e sendo uma residente da Ilha Terceira.

Fazer uma crítica negativa com o intuito de dar sugestões que possam surgir novas ideias, para que se possa fazer melhor, é óptimo.

Fazer uma crítica, mesmo até que ela seja negativa, com o intuito das pessoas melhorarem as coisas, é óptimo.

Fazer uma crítica – e desculpe que lhe diga – com o intuito de dar a entender que ninguém está interessado em fazer nada de bom ou com o intuito de desfazer, de facto, aí já não concordo muito, porque quando se tenta desfazer bloqueia-se por

vezes as vontades. E é relativamente ao Hospital de Angra, quando disse ali qualquer coisa, que eu fiquei um bocadinho indignada.

Não é verdade que está tudo na mesma. Nós vimos com muita alegria ser aprovada aqui a questão dos terrenos; hoje provavelmente já está sobre a sua mesa uma Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre as medidas preventivas aplicáveis na zona onde será construída a acessibilidade ao futuro hospital e todos nós sabemos que o projecto de concessão e construção do novo hospital já está em fase adiantada.

Por isso, não podia ficar calada.

Para além de todas as questões que o Sr. Deputado Osório ali apontou, que foram cumpridas dentro do Plano, eu gostaria de dizer que há coisas que não encontrei no plano e que foram concretizadas. É que não devemos estar só com a preocupação de cumprir um plano. Eu penso que é muito mais importante estarmos atentos ao que vai faltando, às necessidades das pessoas, ouvirmos as pessoas, aquilo que pretendem e aquilo que é melhor para elas.

Vou citar aqui algumas coisas que não encontrei no plano e que foram concretizadas:

- a piscina da Escola Vitorino Nemésio;
- o Hotel dos Franceses;
- obras em novas escolas;
- o Observatório Regional do Ambiente.

Penso que isto é uma prova de que nós queremos melhorar as condições a nível da Terceira e dos Açores.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Fernando Gomes.

(\*) **Deputado José Fernando Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção foi acima de tudo para dizer, em primeiro lugar, que entendemos que áreas estratégicas e fundamentais para o desenvolvimento da Terceira e dos Açores não vemos contempladas neste plano, nomeadamente a nível das energias renováveis que são fundamentais e que a partir daí

naturalmente se pode criar um plano de desenvolvimento para os Açores, que naturalmente trazem todos os benefícios, não só em termos ambientais, mas em termos económicos, fundamentalmente, para as pessoas, para as empresas e para o ambiente.

Por outro lado, a minha intervenção foi também no sentido de mais uma vez referir que de ano para ano se mencionam sempre as mesmas obras, e isso tem sido feito ao longo destes anos. Chegamos aqui e assistimos a defesas por parte dos Srs. Deputados do PS no sentido de que este ano é que vai ser. Nós temos vindo a ouvir esta conversa há muitos anos, de tal forma que neste momento nós devíamos estar a falar de outros investimentos, noutra patamar de investimentos.

Quando chega à ilha Terceira o Governo é lento a fazer as suas obras.

O ano passado na discussão do Plano e do Orçamento o Sr. Secretário da Habitação e Obras Públicas, fez um *show-off* de que tinha 20 milhões de euros para as estradas da Ilha Terceira, para a via Vitorino Nemésio. O facto é que não aconteceu nada ao longo deste ano.

Agora, estamos aqui novamente a anunciar mais milhões e por isso é que nós dizemos que desconfiamos, porque o Governo noutras situações e quando quer faz depressa.

**Deputado António Marinho (PSD):** Quando lhe dá jeito!

**O Orador:** Quando chega à Ilha Terceira vai anunciando, vão passando os anos, os investimentos vão-se repetindo ano após ano e efectivamente chegamos a uma altura que perdemos tempo, perdemos oportunidades e já devíamos estar noutra fase de desenvolvimento.

Era acima de tudo esta referência que eu queria aqui deixar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(\*) **Deputado Osório Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois da minha intervenção e atendendo à intervenção do Sr. Deputado José Fernando Gomes, não podia deixar de fazer aqui algumas considerações que têm vindo a ser debatidas nesta Assembleia ao longo deste dia.

Gostaria de informar o Sr. Deputado José Fernando Gomes que nós damos o ritmo às obras que é possível dar. A verdade é que, como foi ali enumerado, estão a decorrer na Terceira investimentos de extrema importância, que têm repercussões importantes na área social e também na área económica.

Uma das coisas que nós não fazemos é embelezar rotundas em vez de investirmos, por exemplo, na habitação social.

Nós somos um Governo com prioridades bem definidas e essas prioridades estão a ser cumpridas de acordo com o programa do Governo.

Portanto, em relação a essa matéria nós não temos qualquer problema em assumir nesta câmara o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na Terceira.

O nosso problema não é a questão dos investimentos nas outras ilhas. O problema é continuarmos a apelar ao cumprimento dos compromissos assumidos na Ilha Terceira e isso está a ser cumprido como já foi demonstrado nesta Assembleia.

Cumprimos aquilo que prometemos, mas também cumprimos aquilo que os senhores não foram capazes de começar, ou então começaram e não acabaram, como por exemplo, o Núcleo de Pescas do Porto da Praia da Vitória, a ampliação e construção do novo Hotel de Angra do Heroísmo, o Centro de Saúde da Praia da Vitória, instalação do novo Pólo da Terra Chã, cooperação técnica e financeira com as câmaras, a execução dos Planos Directores Municipais dos concelhos (o senhor sabe muito bem quem é que o ajudou a fazer), reforço da cooperação financeira com as autarquias para as grandes reparações das instalações do ensino primário.

Sabe muito bem que quem recuperou o parque escolar do 1º Ciclo foram os governos regionais do PS. Isto é um comunicado do Conselho de Ilha de 1991.

Disse.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A realização dos debates sobre o Orçamento e Plano anuais constitui um dos momentos em que a estratégia de desenvolvimento que o Governo Regional implementa e com sucesso na Região, e que é materializada nesses documentos, se sujeita a um escrutínio particularmente visível, mercê, desde logo, do confronto e da discussão que aqui se realiza.

Gostaria, por isso, nesta intervenção, de tecer algumas considerações sobre a parte estratégia que diz respeito às áreas sob a tutela do Gabinete do Secretário Regional da Presidência e, em especial, a estratégia sectorial que o Executivo tem seguido e pretende seguir no futuro próximo em relação à Comunicação Social, aos Assuntos Europeus e à Cooperação Externa.

Começando pela área da Comunicação Social, impõe-se uma palavra de análise à situação que hoje temos, e que resulta da entrada em vigor da reforma que o Governo Regional realizou no regime jurídico definidor dos apoios públicos aos órgãos de comunicação social privados dos Açores.

Como, certamente, se recordarão, esta reforma visa uma reorientação dos apoios públicos privilegiando as áreas de modernização tecnológica, da divulgação e da formação profissional.

Tendo o Decreto Legislativo Regional que institui o PROMEDIA entrado em vigor no passado mês de Setembro, e por isso, estarmos ainda naquilo que poderemos considerar numa fase transitória para este novo regime, interessa, apesar disso, salientar que os dados de que dispomos até ao momento, permitem-nos concluir pela adesão significativa dos potenciais candidatos a este programa, tendo, até ao momento, dado entrada cerca de duas dezenas de projectos, num montante global de investimento de cerca de €200.000,00, predominantemente nas áreas de modernização tecnológica, apoio à difusão e valorização profissional.

Permitem-nos, assim, estes dados, reforçar a nossa convicção sobre o acerto, mérito e alcance da reforma e adoptar uma postura optimista em relação à adesão que este programa tem por parte dos diversos órgãos de comunicação social privados da nossa Região, a qual poderá ainda ser reforçada com um maior conhecimento quanto às possibilidades de apoio.

No seguimento da posição manifestada pelo Governo Regional no momento do debate dessa reforma aqui no Parlamento, com ela não pretendemos reduzir o montante de apoio público, mas sim criar as condições para que os recursos públicos sejam mais bem empregues. Daí que, no ano 2007, o Governo afecta ao PROMEDIA o mesmo montante que estava previsto para o regime até há pouco tempo em vigor e que é, exactamente, meio milhão de euros.

Estamos convictos que a utilização dos recursos públicos de acordo com as novas regras do PROMEDIA constituirá um importante contributo para o reforço da nossa comunicação social no que diz respeito aos meios e qualificações a que podem aceder.

No entanto, gostaríamos também de referir dois aspectos que julgamos com relevância para esta questão:

Em primeiro lugar, a necessidade de continuar a divulgar as oportunidades de apoio, pois, aqui e ali, constatamos algum desconhecimento deste Programa, e o Governo Regional considera ser também um objectivo a prosseguir a cabal utilização dos montantes financeiros afectos a esse instrumento.

Por outro, a necessidade de, também ao nível das instituições privadas, entendermos que seria útil o reforço das modalidades de cooperação e entendimento, que assumem a natureza de verdadeiros elementos potenciadores dos benefícios que programas deste tipo podem acarretar para os seus destinatários.

Ainda dentro desta classificação funcional de projecto do Plano de Investimentos, uma referência aos investimentos que o Governo pretende realizar na infra-estrutura comunicacional "Portal do Governo" e no Jornal Oficial da Região.

Em relação ao primeiro, o Governo Regional considera este como um instrumento com um elevado potencial no fomento da comunicação com os cidadãos, na acessibilidade à administração regional e, em última instância, no fomento de uma maior participação por parte da sociedade açoriana no processo decisório de políticas e medidas. Com esta consciência, pretende-se levar a cabo uma reformulação das suas características funcionais, melhorando, não só a

atractividade e dinamismo que julgamos imprescindível existirem numa ferramenta desse tipo, mas, sobretudo, a sua acessibilidade.

Pretende-se, em concreto nessa vertente, criar as condições para que, através de software específico, os cidadãos portadores de deficiência também possam aceder aos seus conteúdos e, igualmente, através da disponibilização noutras línguas que não apenas o português, reforçar o carácter global que se lhe pretende dar.

No que respeita ao Jornal Oficial, os investimentos previstos visam dar cumprimento aos objectivos do reforço da acessibilidade e integram-se também na reforma já anunciada de extinção da versão em papel. Assim, saliente-se a disponibilização da totalidade do acervo legislativo regional, bem como a introdução de software específico que proporcione ou facilite o acesso por parte dos cidadãos deficientes.

Com estas medidas o Governo Regional pretende, também aqui, dar concretização a uma estratégia global de integração do cidadão portador de deficiência, que no campo das novas tecnologias, se pode realizar com particular acuidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na área dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa, a estratégia seguida pelo Governo Regional orienta-se por um duplo objectivo.

Se por um lado, pretendemos tornar cada vez mais e melhor conhecida a nossa realidade atlântica, insular e ultraperiférica junto das instituições europeias, por outro também nos afirmamos como região europeia de pleno direito importando por isso fomentar um melhor conhecimento do projecto europeu por parte dos açorianos.

Nesse âmbito, em 2007 o destaque vai, naturalmente, para a Presidência Portuguesa da União, que se inicia a 1 de Julho, sobretudo pela oportunidade que a mesma apresenta para o reforço do conhecimento da realidade açoriana pela União e dos açorianos sobre a realidade europeia.



Em especial nesta última vertente, gostaria de anunciar que o Governo lançará, no primeiro semestre de 2007, uma campanha de divulgação de temáticas comunitárias, numa primeira fase junto dos alunos das escolas açorianas e que visa, exactamente, contribuir para a criação de uma verdadeira consciência de cidadania europeia.

Para além disso, o Governo Regional está apostado em manter e reforçar a nossa presença junto de diversos organismos de cooperação inter-regional europeia como seja o caso do Comité das Regiões, incluindo a Comissão de Assuntos Constitucionais e Comissão de Educação e Cultura, a Associação das Ilhas, a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa e a Câmara das Regiões do Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa.

Uma palavra especial para a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da Europa na qual o Governo Regional pretende continuar a trabalhar activamente no debate e na construção de um novo paradigma de afirmação das ultraperiferias no seio da União Europeia. Com efeito, a nova realidade da União alargada exige uma reflexão aprofundada sobre a forma e os meios pelos quais as regiões ultraperiféricas podem continuar a afirmar as suas necessidades e os seus contributos para o espaço europeu.

Neste processo, desencadeado na última Conferência dos Presidentes por iniciativa do Governo Regional, os Açores participarão activa e empenhadamente em articulação com os seus parceiros nesse fórum e com a presidência anual que, em 2007, é assumida pela Região Autónoma da Madeira.

Na parte referente à Cooperação Externa, os Açores pretendem afirmar, não só o seu potencial de elo de ligação entre a América e a Europa, mas também a sua qualidade de verdadeiro sujeito de relações externas.

É nesse entendimento que encetamos uma profícua experiência de colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e é, igualmente, com esse objectivo que pretendemos aprofundar parcerias com entidades vocacionadas para esse fim.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cada vez mais, no mundo globalizado afirmação depende da capacidade de, realçando as nossas especificidades, salientar, também, as nossas vantagens comparativas e as áreas em que a nossa acção nos coloca na vanguarda da concretização de objectivos comuns aos nossos parceiros (é o caso das energias renováveis).

Quer seja o caso dos Assuntos Europeus, quer seja da Cooperação Externa, temos de ter a capacidade de um tratamento diferenciado, que se concretiza em específicas para questões e dificuldades estruturais.

No entanto, e aqui a estratégia seguida pelo Governo Regional inova e aprofunda o sentido de uma verdadeira acção externa açoriana, não podemos ter receio em salientar os aspectos em que podemos ser uma mais-valia para os espaços de cooperação política e institucional em que nos integramos.

Disse!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Uma vez que V. Exa. não tem sobre a sua alçada directa a cultura e, como eu tenho uma pergunta para lhe fazer, e penso ser este o momento exacto para a fazer, agradeceia ao Sr. Presidente do Governo, na próxima oportunidade, me fizesse o favor de respondê-la.

Aquando da discussão do Plano e Orçamento de 2006, o Sr. Presidente do Governo, afirmou o seguinte, e passo a citar:

“O Governo Regional e a Direcção Regional da Cultura não se constitui como um empresário de eventos ou actos culturais.”

Tendo em conta a sua afirmação de há um ano atrás, como é que V. Exa. explica o aumento de 100 mil euros, repito, 100 mil euros, na acção “eventos de iniciativa governamental”, relativamente ao Plano e Orçamento de 2006?

V. Exa. não acha que é um contra-senso e uma certa incoerência da vossa parte?

Então o Governo Regional não é empresário de artes e eventos culturais, mas reforça verba, principalmente e exclusivamente, na acção que o torna um empresário de eventos e actos culturais.

Gostaria que V. Exa. nos explicasse o porquê deste aumento de 100 mil euros, tendo em conta o que referiu o ano passado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(\*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já que a pergunta me foi dirigida eu gostaria de informar a Sra. Deputada Maria José Duarte de que não há contradição nenhuma, porque existem eventos que são promovidos pelo Governo Regional já há alguns anos, essencialmente eventos que se situam na área da música clássica, e este aumento tem essencialmente a ver a que no próximo ano de 2007, para além do festival de música antiga, haverá também o festival de música atlântica.

Portanto, em relação aos montantes estão, por essa via, cabalmente explicados.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

**Deputada Mariana Matos (PS):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Cultura não é um produto. A Cultura é uma ideia. “É vinho, é espuma. É fermento, bichinho alacre e sedento de focinho pontiagudo, que fossa através de tudo num perpétuo movimento. (...)” (citei excerto de *Pedra Filosofal* de António Gedeão)

Hesitação, resistência e inconformismo. Agonia e contradição. Luta. Este é o mundo da Cultura – o mundo da diversidade e do combate criador, onde as “coisas têm máscaras”, como escreveu Sophia. Neste mundo de diversidade, os sentidos cruzam-se, encontram-se e separam-se. Porém, nem a diversidade nem o pluralismo devem significar indiferença. O direito à diferença e à construção individual e colectiva das identidades através das suas ideias é um elemento fundamental da promoção cultural. Produz, nos processos educacionais e nas

relações entre a ideia Cultura e a ideia Escola uma outra de construção e reconstrução simbólica, nos quais a diversificação das ideias ultrapassa os limites de um “mapa imaginário, que tem a forma de uma cidade, mais um relógio e um calendário, onde não vem a nossa idade” (citei excerto de *Queixa das Almas Jovens Censuradas* de Natália Correia).

A ideia de “sentir e pensar por conta própria”, que nos chegou como herança cultural da filosofia alemã do século XIX é definição contemporânea de direito cultural. Consta dos direitos humanos. Deste modo, a diversidade cultural de uma Comunidade é indispensável e estratégica para qualquer projecto de desenvolvimento. Relembre-se, a propósito, a Declaração Universal da UNESCO, aprovada no ano de 2001, sobre a Diversidade Cultural, aonde se pode ler, no seu artigo 1º: “A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade manifesta-se na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o género humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o património comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.”“

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Porque a Cultura não é um produto, mas sim uma ideia, é fundamental que tenha um papel de destaque no debate político, apresentando-se como contribuição essencial para o desenvolvimento democrático de uma Região, através do que desta ideia se possa retirar: educação, universalização dos serviços culturais, desenvolvimento local e organização de um mercado cultural digno da capacidade e do talento da diversidade criadora de uma comunidade.

Potenciar o capital cultural de uma comunidade é uma tarefa complexa; que exige acções emblemáticas, elaboradas no campo das memórias colectivas, incentivando a pesquisa, a preservação do património e o intercâmbio com outras culturas.

A Cultura tem um papel central de denúncia e esclarecimento. Daí que uma política cultural deva assegurar o reconhecimento e a visibilidade das diversas práticas culturais originadas no território local, que as focalizem como capital cultural relevante para o desenvolvimento da Comunidade, desde que de facto esses avanços sentidos na ampliação dos apoios a projectos locais possam ser sentidos por toda a Comunidade. O poder destes movimentos culturais, que nos Açores, encontram expressão, por exemplo, na Economia Solidária, trouxe um dado novo para o conjunto de práticas sociais e de ocupação do espaço público; reforçando competências. Alargando-se à questão cultural, a Economia Solidária contribui em larga medida para o desenvolvimento e organização cultural; traduzindo-se assim, numa nova realidade cultural açoriana que, sem sombra de dúvidas, gera consumo e coesão social, “jogando com todas as dimensões da vida”, como referiu o Professor Roque Amaro, numa conferência, organizada pelo Secretariado de Ilha de São Miguel do PS/A. Esse Jogo é Cultura, porque apela à não destruição das identidades e à sua conseqüente preservação e discussão.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um conjunto de acções asseguradas no tempo, que ao fortalecer os espaços culturais comunitários, incentiva práticas variadas, nas ruas, nas escolas, através de oficinas, de aulas públicas, de concertos abertos, da abertura de espaços reais ou simbólicos de criação artística e desenvolvimento de espírito crítico são cada vez mais uma realidade nos Açores.

A preservação do Património nos Açores revela, por um lado, uma acção madura, crítica e reflectida que, sem sombra de dúvidas, ajuda a fortalecer a ideia Cultura em cada um dos membros da nossa comunidade; inserindo-os no Passado, como agentes dinâmicos e integrados, vinculados a uma ideia de Memória histórica e cultural e, por outro lado, permitindo a criação de um “itinerário cultural”, cujo fio condutor começa nos relacionamentos das pessoas com os monumentos, que transportam filosofias, políticas, línguas, artes e artesanatos. As Igrejas, os

Museus, as Bibliotecas ou os Centros Culturais são, sem sombra de dúvida, espaços de debate cultural, social e político.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O programa 4 da proposta para o Orçamento Regional de 2007 em discussão nesta Assembleia enquadra um investimento no Património e Actividades Culturais no total de 11 milhões e 214 mil euros, distribuídos por dois projectos: Dinamização de Actividades Culturais e Defesa e Valorização do Património Arquitectónico Cultural. Esta verba proposta para o ano de 2007 representa um acréscimo de investimento na ordem dos 872 mil e quinhentos euros.

O orçamento para 2007, no domínio da cultura, revela um forte investimento na área dos equipamentos, dos quais destacamos o Centro de Arte Contemporânea, na Ribeira Grande, a Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, a Casa Armando Cortes Rodrigues e a musealização da Igreja do Colégio. A Casa Armando Cortes Rodrigues, vulgo Morada da Escrita, a inaugurar brevemente, será espaço de memória viva de escritores açorianos, onde serão desenvolvidas actividades variadas como oficinas pedagógicas e exposições; a Igreja do Colégio de Ponta Delgada é, já hoje, um espaço de história e arte, que, atempadamente e bem, o Governo Regional dos Açores do Partido Socialista, recuperou e devolveu à comunidade açoriana.

É assim visível para o Grupo Parlamentar do PS, o entendimento que o Governo Regional dos Açores tem sobre política cultural. Uma política que conjuga o fomento à criação cultural, que tem vindo a incentivar e que, particularmente neste orçamento tem uma verba superior à de 2006, na ordem dos 200 mil euros e a universalização dos serviços culturais, dignos da capacidade e do talento da nossa diversidade criadora.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Num mundo marcado pelo trânsito de informações, facilitado pela rápida evolução das tecnologias de informação e da comunicação, fomentar o diálogo

entre Culturas e, conseqüentemente, a interculturalidade – através da preservação patrimonial – constitui-se como um extraordinário desafio à diversidade cultural. Os bens patrimoniais, depois de recuperados, devem, como tem acontecido nos Açores, ser postos em funcionamento, inserindo-se, deste modo, na vida social, científica, económica e cultural da comunidade para que os laços que o Tempo e os Homens estabelecerem possam contribuir, em cada momento, para a noção permanente de que a Cultura não é um produto.

A Cultura é uma Ideia e, como tal, é parte integrante do DNA humano.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No passado dia 13 de Novembro, o Prof. Doutor Machado Pires, figura ímpar da Cultura Portuguesa, proferiu, na Universidade dos Açores, a sua “Última Lição”. Se é certo, que, como disse Vitorino Nemésio: “a lei só tira o exercício ao funcionário: o homem exerce enquanto vive”... não podia terminar a minha intervenção, sem lembrar nesta casa, a excelência que dedicou a bem da ideia Cultura, o Homem Prof. Doutor Machado Pires, ensinando e debatendo Cultura – e as filosofias, as políticas, as conquistas e os factos que dela, como Ideia, fazem parte.

Termino, citando, uma receita, que o Prof. Doutor Machado Pires deixou naquela tarde aos presentes: “tomar, todos os dias, de manhã uma colherinha de orgulho e duas de humildade”...

A Cultura não se sorve. Toma-se.

Disse!

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César) e Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Muito bem!**

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, passo a anunciar os tempos ainda disponíveis:

Deputado Independente – 1 minuto;

CDS/PP – 49 minutos

PSD – 169 minutos

PS – 230 minutos

Governo – 247 minutos

Vamos interromper os nossos trabalhos por hoje e regressamos amanhã às 15 horas.

*Eram 19 horas e 55 minutos.*

***Deputados que entraram durante a Sessão:***

***Partido Socialista (PS)***

**José Carlos Gomes San-Bento** de Sousa

**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**José Manuel Avelar Nunes**

*(\*) Texto não revisto pelo orador*

---

**A Redactora:** *Maria da Conceição Fraga Branco*